

# Editorial

SÉRGIO RUY BARBOSA

Presidente do Consad



## Gestão na pauta do país

No período que antecede as eleições, os brasileiros são convidados, por meio das agendas dos candidatos e das propagandas eleitorais, a refletir sobre um tema da maior relevância, mas nem sempre constante na agenda política do país: a gestão pública.

No entanto é a eficácia da administração pública, a modernização da “máquina” que traz agilidade e eficiência a serviços essenciais para a população. É assim que Estados e municípios estão melhorando saúde, educação, segurança, previdência, transporte e tantos outros setores que compõem as linhas fundamentais de ação dos governos.

Esta edição da *Revista Governança* revela, por meio das boas práticas regionais, que os Estados estão cada vez mais conscientes da exigência crescente dos cidadãos em relação aos serviços públicos. Os exemplos aqui relatados mostram como os gestores estão trabalhando para atender a essas demandas. A maior profissionalização de todas as esferas de governo resulta em claros avanços na esfera administrativa, como revelam as reportagens enviadas pelas Secretarias de Estado que colaboraram com este número.

O Consad, conselho que reúne os secretários de Administração de todos os Estados, e que têm entre suas atribuições a gestão da folha de pagamento, maior despesa nos seus Orçamentos, vê com preocupação o trâmite, no Congresso Nacional, de Propostas de Emenda à Constituição (PEC) e projetos de lei que visam a dar, em última análise, aumentos de forma linear a diversas categorias em todo o país.

A remuneração de servidores é um tema que deve ser tratado no âmbito dos Estados, já que só os entes da Federação são capazes de mensurar de forma precisa os impactos de qualquer mudança nessa política para a administração estadual.

Por outro lado, o Consad considera fundamental que os Estados sejam ouvidos quando o Congresso Nacional discute políticas federativas que contemplam aspectos remuneratórios. É preciso que os custos das eventuais mudanças sejam avaliados porque, em última instância, são as administrações estaduais que vão absorver qualquer despesa adicional em suas folhas de pagamento. Quando os Estados participam e são ouvidos, o Pacto Federativo é respeitado.

As relações dos Estados com a União também precisam amadurecer e avançar, o que vem acontecendo de forma eficaz nos últimos anos. É desses avanços alcançados e dos desafios futuros que trata a reportagem de capa desta edição, que fala do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE).

Boa leitura a todos!

## Sumário

- 4** CAPA  
Consad discute com MPOG futuro dos Estados digitais
- 8** PRODEV  
Nova ferramenta de gestão de salários chega aos Estados em 2010
- 10** ENTREVISTA  
Governador de Alagoas fala sobre avanços do Estado
- 13** ALAGOAS  
Novo sistema da Segesp gerencia dados dos servidores
- 16** BAHIA  
Ponto Cidadão leva serviços do SAC a pequenos e médios municípios
- 19** CEARÁ  
Mesa de negociação resolve conflitos entre governo e servidores
- 22** ESPÍRITO SANTO  
Servidores do Estado lotam II Congresso de Gestão Pública
- 27** GOIÁS  
Programa Vapt Vupt completa 10 anos com 99% de aprovação
- 28** MATO GROSSO  
Aposentadoria em 15 minutos é realidade
- 30** MINAS GERAIS  
Cidade Administrativa promete economia de R\$ 92 milhões
- 32** PARÁ  
Manuais de procedimentos buscam qualificação dos servidores
- 36** PARANÁ  
Programa de descentralização aproxima Estado e cidadãos
- 39** PERNAMBUCO  
Centro de Formação treina servidores públicos desde junho
- 42** PIAUÍ  
Acompanhamento de gastos gera economia de mais de R\$ 5 milhões
- 44** RIO DE JANEIRO  
Carreira de gestor público é criada para modernizar funcionalismo
- 48** ARTIGO  
A responsabilidade do Estado na atenção à saúde do servidor
- 51** RIO GRANDE DO NORTE  
4º Congresso de Gestão Pública discute novos caminhos
- 54** RIO GRANDE DO SUL  
Parceria garante melhorias para o Arquivo Público gaúcho
- 56** SANTA CATARINA  
Economia de mais de R\$ 37 milhões com novo Sistema de Licitações
- 58** SÃO PAULO  
Choque de gestão reduz custos e melhora qualidade dos serviços
- 62** SERGIPE  
7,5 mil novos servidores concursados substituem temporários
- 64** TOCANTINS  
Mais eficiência no fluxo de materiais e medicamentos hospitalares
- 65** ARTIGO  
A experiência do Pará com ouvidorias



Congressos Consad refletem princípios do planejamento estratégico 2008-2010: profissionalização e intercâmbio

## Evolução com tecnologia

A tendência é prestar serviços de qualidade ao cidadão, usando cada vez mais internet, já de olho na chamada web 2.0. Para isso, Estados precisam investir em TI

Renata Batista | Consad ■

Em meio a uma discussão bastante influenciada pela avaliação do Programa Nacional de Modernização dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), o Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad) encerra o ciclo de seu último Planejamento Estratégico (2008-2010) e se prepara para formular novas diretrizes para as administrações estaduais.

De modo geral, a avaliação dos gestores é que houve avanços. Entretanto, os desafios futuros parecem ser ainda maiores. A agenda, antes pautada pelo maior intercâmbio de informações, apoio técnico-financeiro e reorganização das estruturas, agora começa a ser tomada por assuntos mais complexos, mas que são essenciais para a criação ou para o fortalecimento, dependendo da realidade, dos futuros Estados digitais.

Para o Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Tiago Falcão, os Estados avançaram muito nos últimos anos. O serviço público está mais profissionalizado, existem procedimentos de gestão já consolidados e

o intercâmbio de informações é cada vez maior. Há, porém, um longo caminho a percorrer, que passa principalmente por temas ligados à área de TI, como a futura lei de acesso à informação, a melhoria na prestação de serviços públicos e o Registro Único de Identidade Civil (RIC).

Para Falcão, o trabalho conjunto do MPOG e do Consad permitiu grandes avanços. “O PNAGE, que já estava aprovado desde 2002, saiu do papel, o que significou o repasse de R\$ 104 milhões para os Estados que dele participam. O cruzamento das bases de dados de recursos humanos de 13 Estados e do Governo Federal ajudou a identificar irregularidades como o duplo registro de servidores públicos. Além disso, algumas iniciativas de compartilhamento de tecnologia já começaram a ser planejadas”, afirma.

Pesquisa realizada pelo Grupo de trabalho do Consad, que avalia o PNAGE, revela que as áreas prioritárias para novos investimentos, na avaliação das Secretarias de Estado de Administração, são gestão de projetos e de resultados, RH e comunicação. Iniciati-

vas que passam pela capacitação de pessoal, mas principalmente pela construção de novas ferramentas.

O objetivo da pesquisa é conhecer os avanços e as demandas dos Estados que ainda precisam de apoio financeiro e será usada pelo Consad nas negociações com o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a segunda etapa do PNAGE.

“O Consad acompanha os Estados nesse processo de consolidação. Temos há algum tempo essa missão muito clara, organizada e sistematizada. Precisamos fazer um balanço do que fizemos até aqui e quais os próximos passos”, afirma o presidente do Conselho, Sérgio Ruy Barbosa, Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro.

Além dos pontos apontados pelas secretarias, o ex-presidente do Consad Paulo César Medeiros, Secretário de Administração do Rio Grande do Norte, aponta o ganho de maior espaço político como um dos maiores avanços do Consad com o planejamento estratégico. Para ele, o Conselho se fortaleceu como ator político e passou a desempenhar papel mais relevante na construção e implementação de uma agenda nacional da gestão pública.



AUMENTAR A EFICIÊNCIA, MELHORAR A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO, MODERNIZAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORTALECER A RELAÇÃO COM O CIDADÃO CONTINUAM EM PAUTA. O QUE DEVERÁ MUDAR SÃO AS FERRAMENTAS PARA ALCANÇAR ESSES OBJETIVOS.



“É na arena política que as decisões acontecem. O Planejamento Estratégico foi fundamental para o avanço do nosso posicionamento como referência institucional, o que só foi possível por meio do compromisso pessoal dos Secretários Estaduais de Administração. Construímos a muitas mãos a nossa visão de futuro, nossa missão e nossas agendas”, afirma Medeiros.

O atual presidente do Consad, Sérgio Ruy Barbosa, assegura a continuidade da missão institucional do Conselho. Um dos objetivos, explica, é proteger os Estados de medidas que muitas vezes são aprovadas em Brasília sem considerar o impacto sobre as gestões estaduais e municipais.

“Há uma série de categorias indo a Brasília fazer pleitos que têm custo para os Estados. Essas não são matérias de Leis Federais, muito menos de Emendas Constitucionais, como querem os policiais e alguns parlamentares defendem. Precisamos estar atentos a isso”, afirma Ruy Barbosa, citando como exemplo a PEC 446, que equipara os salários dos PMs de todo o país aos salários pagos pelo Governo do Distrito Federal, onde há um fundo da União com esta finalidade.

## Carta de Brasília uniu Governo Federal e Estados

Para quem acompanha o processo de amadurecimento da gestão pública brasileira, o lançamento da Carta de Brasília foi o momento de maior convergência entre os interesses estaduais e do Governo Federal. O documento resume os principais pontos do planejamento estratégico do Consad.

Para Tiago Falcão, Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a Carta é um “marco” por ter apontado diretrizes com as quais pautaram ações conjuntas entre as duas esferas de poder. “Foi um momento de euforia. Conhecemos os anseios dos Estados e a Carta de Brasília nos direcionou para uma agenda com um”, afirma Falcão.

A Carta destaca elementos estruturantes para melhorar a administração estadual e foca em oito pontos: profissionalização e capacitação na gestão de RH; simplificação de regras e controles burocráticos; criação e instrumentos de gestão (ferramentas de planejamento); coordenação e integração de políticas públicas; intensificação do uso de tecnologia; aprimoramento do marco legal (compras, transparência); prevenção e combate à corrupção; e geração de conhecimento.

“Tem os ainda o desafio de finalizar o processo de profissionalização da administração pública com a contratação de servidores via concurso público e a reestruturação de carreiras, movimento que já começou no Governo Federal e em alguns Estados”, lembra o secretário, acrescentando mais um desafio para os próximos anos.



Falcão, do MPOG, defende aproximação entre União, Estados e municípios



## Planejamento e BID discutem novos programas de modernização

Pela agenda do BID, novas linhas de apoio a Estados e municípios devem ser lançadas no começo de 2011. Instituição quer intensificar assessoria técnica aos governos

Depois de lançar dois programas de apoio à modernização da gestão dos Estados brasileiros, a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o Banco Interamericano de Investimentos (BID) estudam agora a revisão dos instrumentos de pactuação e transferência de recursos para Estados e municípios. O objetivo é conseguir chegar àqueles que mais carecem de apoio, mas também privilegiar os mais eficientes na primeira fase de programas como PNAGE e PMAE (linha de modernização da gestão fiscal e administrativa).

“Não existe PNAGE 2. O que estamos discutindo é um novo programa que pode receber esse nome ou não, mas que será desenhado com base nas diretrizes de uma nova agenda. Os novos governadores estarão assumindo com capital político muito grande. Precisamos aproveitar esse momento para incluir na pauta temas novos, mas também difíceis de tratar nos arranjos que existem hoje”, resume o consultor do BID, Pedro Farias.

De acordo com o consultor, na definição da segunda fase do Programa é preciso reconhecer a heterogeneidade dos Estados e considerar a capacidade institucional, o capital político, o grau de desenvolvimento etc. “O novo programa não pode apenas substituir o PNAGE. A idéia é privilegiar aqueles que não conseguiram avançar e criar outras soluções para aqueles que mais avançaram”, frisa.

O consultor do BID apresentou uma agenda de desafios para a próxima etapa e fez algumas críticas à atuação dos Estados na primeira fase do Programa. Segundo ele, a proposta do BID é que



Pedro Farias, do BID :negociação para novas linhas de apoio

os Estados contem com consultorias já na fase de elaboração dos projetos. “O banco pode oferecer uma equipe técnica para ajudar os servidores que vão elaborar os projetos”, afirma.

Os secretários presentes ao 78º Fórum do Consad defenderam a posição dos Estados, mas reconheceram as dificuldades na execução. “Não são projetos de fácil execução. No Rio Grande do Norte, por exemplo, o projeto demorou a deslancar, mas temos quase 90% da execução prevista até o fim do ano”, conta o Secretário de Administração do Rio Grande do Norte, Paulo César Medeiros.

O presidente do Consad, Sergio Ruy Barbosa, considerou a agenda apresentada pelo BID muito ampla, mas reconheceu que algumas coisas não podem ser adiadas sob o risco de os programas perderem legitimidade. “O Grupo de Trabalho do Consad sobre o PNAGE já está constituído e representará o Consad nas discussões com o MPOG e o BID”, resume.

## Congressos Consad contribuem para avanços

A cada edição, cresce o número de participantes das três esferas de governo e de diversas regiões do país

Capazes de atrair, em média, mais de 1,5 mil pessoas por edição, os três Congressos Consad de Gestão Pública têm colaborado para o incentivo à produção de conhecimento em áreas prioritárias do setor público e para o desenvolvimento de uma categoria de profissionais capazes de trabalhar em rede, focados em inovação. Essa é a avaliação da consultora Evelyn Levy, que acaba de finalizar um balanço sobre os eventos de 2008, 2009 e 2010.

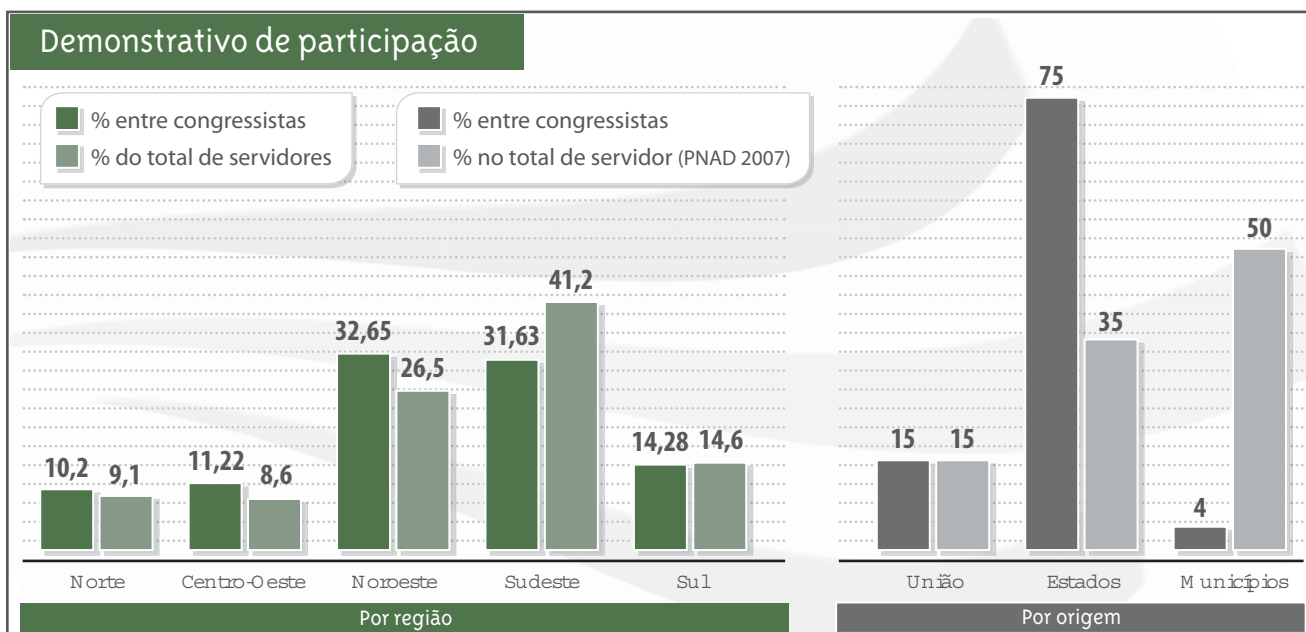
Na avaliação da consultora, transformações na gestão pública exigem profissionais capazes de acreditar em mudanças e, principalmente, com capacidade para buscar e entender boas práticas, adaptando-as à realidade e às condições locais. “Mais de 5 mil pessoas já passaram pelos eventos. O Congresso é o espaço ideal para promover a interação entre elas. Estamos contribuindo também para a formação desse grupo de servidores”, diz Evelyn.

A opinião é confirmada pela secretária-executiva do Consad, Iracy Gomes. Segundo ela, os questionários respondidos pelos

participantes dos Congressos mostram que menos da metade dos congressistas tem acesso a algum tipo de treinamento com frequência, pelo menos, trimestral. Para a maioria, o acesso às informações oferecidas no evento é uma oportunidade quase rara.

“Essa informação torna-se ainda mais valiosa quando mais de 90% dos congressistas avaliam o conteúdo como bom, muito bom ou ótimo e, principalmente, inovador”, afirma Iracy. O saldo dos três Congressos são 15 conferências sobre modelo de gestão e outras 13 sobre e-gov e transparência, temas centrais nas agendas governamentais.

A análise do perfil dos participantes também comprova a capacidade do Congresso de atingir servidores de Estados menos atendidos por cursos de capacitação e outras iniciativas similares. O Nordeste, por exemplo, está sobre-representado, ou seja, o percentual de participantes da região (32,65%) é superior ao peso dos seus servidores no total do país (26,5%). Já o Sudeste, que tem 41% dos funcionários públicos brasileiros, está sub-representado, com cerca de 30% dos congressistas nas três edições. ■



# Banco de dados salarial tem nova metodologia

Nova pesquisa, desenvolvida pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Gestão para Resultados (Prodev), será apresentada no Fórum do Consad, em dezembro

Renata Batista | Consad ■

Os administradores estaduais terão, até o fim de 2010, mais uma ferramenta para analisar dados das folhas de pagamento e aprimorar a gestão de cargos e salários. Com uma nova metodologia, construída a partir da experiência nas pesquisas realizadas por Minas Gerais, em 2006, e pelo próprio Consad, em 2008, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Gestão para Resultados (Prodev) está construindo um novo Banco de Dados Salarial.

A metodologia foi aprovada no 78º Fórum do Consad, realizado em junho, em Maceió, e a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Recursos Humanos, para a apresentação da metodologia e esclarecimento de dúvidas, aconteceu logo na semana seguinte, reunindo representantes de diversos Estados.

Atualmente, o GT está recebendo dados estaduais. A expectativa é que os 26 Estados e o Distrito Federal participem, já que o número de abstenções vem diminuindo a cada edição. No levantamento de 2008, apenas três Estados não forneceram as informações necessárias.

“Um banco de dados com as remunerações praticadas pelo Poder Executivo para cargos semelhantes em todos os Estados brasileiros é um excelente subsídio para definição e revisão de políticas salariais”, resume o presidente do Consad, Sérgio Ruy

Barbosa. “As informações poderão ser usadas em negociais salariais com as diversas categorias de todo o país”.

Maria Cristina Torres, diretora de parcerias com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) da Secretaria de Planejamento de Minas Gerais e uma das responsáveis pelo desenvolvimento de projeto, explica que, na nova metodologia, optou-se por levantar os dados diretamente das folhas de pagamento de cada Estado. Embora a tabulação dos resultados seja mais complexa nesse modelo, a avaliação é que o banco de dados será mais fiel à realidade.

Como os Estados muitas vezes adotam cargos diferentes para servidores com funções semelhantes, a primeira etapa do trabalho foi criar uma nomenclatura padronizada. Para isso, a equipe responsável pela pesquisa fez uma descrição sucinta do cargo, nível de escolaridade e funções desempenhadas em cada um dos cargos identificados.

“Sabemos como é difícil comparar, mas queremos que o banco de dados contemple o maior número de cargos possível, sem duplicidade ou omissões”, afirma Cristina Torres. Em 2006, a pesquisa de Minas Gerais levantou 97 cargos efetivos e 83 cargos comissionados. Em 2008, foram 90 cargos efetivos e 36 cargos comissionados. ■



SABEMOS COMO É DIFÍCIL COMPARAR, MAS QUEREMOS QUE O BANCO DE DADOS CONTEMPLE O MAIOR NÚMERO DE CARGOS POSSÍVEL, SEM DUPLICIDADE OU OMISSÕES.



MARIA CRISTINA TORRES

Diretora de parcerias com OSCIPs de Minas Gerais

## Resultado mostrará a composição dos salários

| Para permitir a correta leitura dos dados, peso de gratificações, cargos comissionados e até decisões judiciais ficará evidenciado no novo banco de dados

Diante da diversidade de tipos e nomenclatura, as parcelas que compõem a remuneração dos servidores foram agrupadas em 13 categorias. Isso permitirá a correta leitura dos dados, que vão desde o vencimento-base e da gratificação do cargo em comissão até aquelas referentes a adicionais de tempo de serviço, escolaridade e a decisões judiciais.

A análise de cada cargo permitirá, por exemplo, que sejam feitas comparações entre os vencimentos-base praticados pelos diversos Estados e entre o percentual de cada um dos 13 grupos identificados (vencimento-base, gratificações etc.) na remuneração total.

Serão feitas ainda análises estatísticas entre o vencimento-base e outros grupos de remuneração (adicional de tempo de serviço, por exemplo) e a remuneração total de cada cargo com o objetivo de apontar: a média aritmética simples; a maior e menor remuneração; e o número de servidores posicionado entre os 25% que ganham menos em cada cargo (1º quartil) e os 75% que ganham mais (3º quartil).

"Esse tipo de análise permite observar eventuais disparidades entre ocupantes do mesmo cargo", explica Maria Cristina Torres, participante da comissão de acompanhamento do projeto. Para 2010, os relatórios ainda seguirão o padrão de informações disponibilizadas em 2006 e 2008. Para 2011, a ideia é construir novos relatórios de acordo com a demanda de cada Estado.



## CRONOGRAMA PARA CRIAÇÃO DO NOVO BANCO DE DADOS

Apresentação e validação da metodologia, confirmação dos Estados participantes, indicação do GT	<b>10 e 11 de junho</b>
Oficina com o GT de RH para detalhamento da metodologia	<b>22 de junho</b>
Envio pelos Estados do espelho da folha de pagamento do mês de maio	<b>Prazo final - 16 de julho</b>
Validação da correlação dos cargos e dos grupos de remuneração	<b>10 a 30 de agosto</b>
Rotinas de Padronização e Consistência dos dados	<b>15 de novembro</b>
Oficina com o Grupo de Trabalho de RH para validação dos resultados	<b>Brasília - 16 a 19 de novembro</b>
Disponibilização dos Resultados - Fórum CONSAD	<b>A partir de 01 de dezembro/2010</b>



| ENTREVISTA



Hotel inaugurado em Barra de  
São Miguel pelo Governador  
Teotônio Vilela Filho



# “Queremos construir um estado comprometido com o futuro”

TEOTÔNIO VILELA FILHO

*Formado em Economia pela Universidade de Brasília (UNB), com especialização em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o governador Teotônio Vilela Filho encerra seu primeiro mandato a frente do estado de Alagoas deixando um legado de reconstrução e modernização da máquina pública.*

*Após quase 30 anos sem receber investimentos, o estado voltou a ser alvo do interesse de empresas públicas e privadas. A mortalidade infantil começou a cair. E os investimentos em educação aumentaram. Na capital, Maceió, os sinais de prosperidade são confirmados pela forte atuação da indústria da construção civil que, além de hotéis, tem apostado em empreendimentos residenciais de luxo a poucos quilômetros de algumas das praias mais famosas do país.*

*Filho do ex-senador Teotônio Vilela, um dos líderes na luta pela redemocratização do país, o governador aproveitou sua experiência de mais de 20 anos no Senado para aprofundar as negociações com o governo federal em benefício do Estado. Criou o Sistema Integrado de Gestão (SIG) e reestruturou o sistema previdenciário dos servidores, sempre focado no compromisso com o zelo, a ética e o compromisso público.*



***O senhor poderia fazer um balanço de sua gestão?***

TEOTÔNIO VILELA FILHO - Temos um balanço de resultado. Investimentos na cidadania, com obras de infraestrutura e geração de emprego e renda. Alagoas viveu uma estagnação que durou mais de 30 anos, nada vinha para Alagoas. Nesses últimos três anos e meio, 42 novas indústrias vieram para o estado, das quais 14 já foram inauguradas. No setor hoteleiro, 30 novos hotéis estão confirmados, sendo que 12 já estão em funcionamento. Existem também empreendimentos em outras áreas, como o estaleiro Eisa, que será implantado em Coruripe. No Litoral Sul, a Mineradora Vale Verde está se instalando em Craíbas, no Agreste.

***Como o senhor avalia os indicadores sociais do estado no final de seu primeiro mandato?***

TVF - Na área social, fizemos investimentos em saneamento básico, obras para ampliar o abastecimento de água e duplicamos várias rodovias. Também estamos colocando os micro e pequenos empresários que viviam na informalidade na formalidade. Serão 30 mil até o final deste ano. Há um número recorde de escolas sendo reconstruídas e construídas. Todas serão informatizadas. O efeito disso tudo é que já registramos queda na mortalidade infantil. Estamos combatendo a miséria e as drogas, estruturando as nossas polícias, valorizando o servidor público com programas de capacitação, com moradias. Queremos construir um novo estado com uma gestão comprometida com o futuro.

***Qual será o impacto da implantação do novo Sistema Integrado de Gestão Pública?***

TVF - Melhoria para todo o funcionalismo público.

***Após a implantação do Sistema Integrado de Gestão Pública, quais os projetos prioritários para melhorar a governança do estado de Alagoas?***

TVF - A gestão pública de Alagoas tem feito um grande trabalho em favor da modernização e da viabilização de ações em nosso governo para melhorar a qualidade de vida do nosso povo. Vamos utilizar o Sistema Integrado com total responsabilidade para que nossos projetos tenham maior aceleração em seus trâmites na administração estadual.

***O conceito de gestão eficiente está sendo adotado por diversos estados. Quais os principais projetos desenvolvidos em Alagoas com esse objetivo?***

TVF - Todo projeto que desenvolvemos tem como objetivo eficiência, ética e compromisso ético.

***Com a Lei da Transparência, os estados passaram a ser obrigados a publicar informações sobre a arrecadação e os gastos públicos na Internet. Como o estado de Alagoas está se preparando para isso?***

TVF - Alagoas foi o primeiro estado brasileiro a inovar nessa questão. Criamos o Portal da Transparência com os dados de todos os poderes, incluindo o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público estadual, numa iniciativa nossa, do Poder Executivo. Estamos sendo fiscalizados, com total transparência, pela sociedade alagoana desde setembro de 2008.


***Quais os princípios adotados em seu governo para aumentar a eficiência dos programas de compras públicas?***

TVF - Zelo, ética e compromisso público.

***O Governo Federal e instituições de fomento com o BID têm ofertado aos estados diversas linhas para a modernização da gestão. O estado de Alagoas tem intenção de recorrer a essas linhas?***

TVF - O nosso governo tem recorrido a toda e qualquer alternativa que venha a somar esforços na construção dessa Nova Alagoas.

***Na avaliação do senhor, qual o impacto de ações como o Festival de Arte e Cultura do Servidor Público na auto-estima dos servidores?***

TVF - Através da secretaria de estado da Gestão Pública, temos implantado uma política de reconhecimento ao trabalho do servidor público estadual. Ações como essas só fortalecem a nossa iniciativa de ver no funcionário um parceiro do estado, do governo. 



Governador e equipe discutem com o ministro impactado das chuvas que atingiram o Estado em junho

# Segesp implanta novo sistema de gestão

Software foi planejado com base nas necessidades apontadas por servidores e dá mais segurança a processos. É a efetivação da era tecnológica na administração estadual

Gésia Malheiros | Segesp-AL ■

A Secretaria de Estado da Gestão Pública (Segesp) está finalizando a implantação do novo Sistema Integrado de Gestão Pública. Trata-se de um software que gerenciará todos os dados dos servidores estaduais e permitirá, entre outras vantagens, a digitalização dos processos administrativos. Com a implantação, todos os dados dos servidores serão migrados e só poderão ser acessados por pessoas autorizadas, que serão identificadas por meio da impressão digital.

O novo sistema foi planejado com base nas orientações e necessidades indicadas por servidores da área de recursos humanos, que apontaram como principais desafios do dia-a-dia ampliar a segurança e dar transparência à condução das atividades da área. “Agora temos um sistema pensado para pessoas, não só para os servidores em geral que necessitam receber melhores serviços, mas, principalmente, para aqueles servidores que dedicam suas vidas à Gestão de Recursos Humanos, os nossos abnegados servidores das Coordenadorias Setoriais de Gestão de Pessoas. Foi especialmente para eles, que durante anos sofreram tanto nesta nobre função, que pensamos no sistema”, explica o secretário Guilherme Lima.

A ferramenta já está totalmente implantada e promete dinamizar as rotinas dos processos dos servidores públicos estaduais ao facilitar e agilizar o acesso a processos tanto por usuários quanto por servidores que controlam o sistema. Outra vantagem do novo sistema é a economia no uso de papel e a maior segurança nos sistemas utilizados para gerar folha de pagamento, consignações, contracheques – ou seja, nos principais processos de gestão de recursos humanos.

Ao contrário do sistema anterior, o Estado pode fazer evoluções tecnológicas no novo sistema, pois o código-fonte foi

adquirido junto com o software fornecido pela empresa licitada. Todos os dados ficam hospedados em servidores (computadores de alta performance) na Secretaria de Estado da Gestão Pública (Segesp), no Instituto de Tecnologia de Alagoas (ITEC) e na Secretaria de Estado da Fazenda para garantir mais segurança aos dados. A adesão ao sistema começou por onze órgãos: Além da própria Segesp foram chamados representantes do Gabinete Civil, Procuradoria Geral do Estado (PGE), Secretaria

de Saúde (Sesau), Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal), Secretaria de Educação, Polícia Militar, Secretaria de Planejamento (Seplan), Secretaria de Fazenda (Sefaz), Instituto de Tecnologia de Alagoas (ITEC) e Agência de Modernização de Gestão de Processos (Amgesp).

Uma comissão principal – Seplan, Sefaz, ITEC e Amgesp – foi responsável pelo levantamento que deu origem à legislação do novo sistema. De acordo com o secretário Guilherme Lima, esse trabalho engloba também a identificação dos servidores com a tecnologia e as ferramentas da internet favoráveis à facilitação dos trabalhos. Num primeiro momento, o diagnóstico foi feito com os servidores que trabalham no setor de Protocolo; Gabinete (do secretário e dos adjuntos) e ainda das assessorias técnicas e jurídicas, ligadas diretamente aos Gabinetes. “Trabalhamos para que o sistema fosse todo automatizado. Servidores de onze órgãos fizeram treinamento na nossa Escola de Governo para serem preparados para a nova realidade”, enfatiza.

As turmas foram divididas de acordo com a familiaridade dos servidores com a computação e a prática no uso de internet. “O que fizemos foi tirar o servidor do Estado de desconhecimento para o de conhecimento”, destaca o secretário.

““  
O CÓDIGO-FONTE DO SOFTWARE  
TAMBÉM FOI ADQUIRIDO PARA QUE O ESTADO  
POSSA FAZER EVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS  
NO NOVO SISTEMA.  
””





Programa de Valorização dos Servidores busca oportunidades de integração

## Gestão realiza Festival da Palavra

Primeira edição do festival de arte e cultura recebeu mais de 200 inscrições de servidores em duas categorias

A Secretaria da Gestão Pública (Segesp) do Estado de Alagoas inovou e incluiu dentro das ações do Programa de Valorização dos Servidores - criado em 2008 - o Primeiro Festival de Arte e Cultura do Servidor Público. Realizado em março, o evento foi batizado "Festival da Palavra" e recebeu, nessa primeira edição, quase 200 inscrições para duas categorias: palavra escrita (poesia e conto) e palavra cantada (intérprete e compositor).

"Foi um marco na vida dos servidores públicos. Descobrimos e revelamos talentos artísticos dos que cantam e interpretam e também dos que tem o dom de transformar as palavras em poesias e contos", afirmou o Secretário de Estado da Gestão Pública, Guilherme Lima.

Vinte finalistas da Palavra Cantada puderam agendar com antecedência um ensaio individual da canção de sua autoria ou da que escolheram interpretar com a banda base. A seleção foi feita por um júri especializado. Já os finalistas da Palavra Escrita foram seleciona-

dos por uma equipe de profissionais comandada pela professora-doutora de língua portuguesa e literatura da Universidade Federal de Alagoas, Susana Souto. O Festival aconteceu no Teatro do Colégio Marista de Maceió, nos dias 19 e 20 de março.

Interpretando trechos dos contos e dos poemas dos finalistas na Categoria Palavra Escrita, a atriz Juliana Teles deu vida as palavras. Ora entre a platéia, ora no palco, a atriz prendeu a atenção do público e revelou ao mesmo tempo o talento de servidores que utilizam a palavra escrita como meio de expressão e sentimento e que, até então, estavam escondidos. "Dia 21", "O boteco do portuga", "O homem que queria salvar o mundo", "Passagem", dentre outros contos, mostraram que servidor também sabe fazer cultura.

Na Categoria Compositor concorreram oito finalistas que se apresentaram no primeiro dia do festival. No segundo e último dia o show ficou por conta dos intérpretes que fizeram performances emocionantes. Jamisson Rodrigues, da Secretaria de Estado da Mu-

lher, abriu a noite com a canção gospel “Faz um milagre em mim”, e a plateia ficou de pé para acompanhar. Radjalma Lima de Barros, também da Secretaria da Mulher, encantou com seu romantismo na interpretação de “Caça e Caçador”. As torcidas se organizaram, fizeram faixas e produziram camisetas com o nome dos seus favoritos.

A voz marcante da servidora da Segesp, Angélica Monteiro, sacudiu o teatro na música “Força Estranha”. E, logo após, com muita baianidade, o servidor da secretaria da Educação, Adeildo José dos Santos Júnior, sambou com “Na Baixa do Sapateiro”. Logo após, o rock marcou presença na apresentação de Aparecido Costa, da secretaria de Educação, com a canção “Será”, da banda Legião Urbana.

Andressa Caterine de Lyra, servidora do Detran, encantou a plateia ao cantar “Frisson”. E Nelson Feitoza, da Polícia Civil, teve a força da torcida ao seu lado ao interpretar “Nem um dia”. A bombeira Nina Rosa registrou sua emoção em estar no festival ao cantar “O bêbado e o equilibrista”. A finalização das interpretações ficou sob a responsabilidade de Rosely Maciel, da Uncisal, que cantou “Por enquanto”.



FESTIVAL PREMIOU OS TRÊS VENCEDORES DE CADA CATEGORIA. PRIMEIRO LUGAR GANHOU UM NOTEBOOK, SEGUNDO LEVOU UM NETBOOK E TERCEIRO RECEBEU UM COMPUTADOR DE MESA.




Dois shows de grupos locais fecharam as duas noites do Festival. No primeiro dia, a irreverência da banda Los Borachos Enamorados – que com muito bom humor e um figurino estilizado canta o melhor do brega nacional – sacudiu os participantes e a platéia. O grupo Elas Cantam Bossa emocionou os presentes com canções imortalizadas da música brasileira, como “Chega de Saudade”, e “Garota de Ipanema”.

A modalidade palavra cantada – categoria Intérprete e Compositor teve como prêmio kit contendo uma camisa do Festival da Palavra; dez cópias da publicação impressa da revista do festival e um certificado de participação. A Palavra Escrita - categoria Poesia e Conto ofereceu como prêmio a veiculação dos textos no suplemento Diário Oficial do Estado de Alagoas e no site da [www.agenciaalagoas.al.gov.br](http://www.agenciaalagoas.al.gov.br).

Os três vencedores de cada categoria foram premiados. O primeiro lugar recebeu um computador portátil (Notebook); o segundo lugar, um computador portátil (Netbook), e o terceiro lugar, um computador de mesa.

O Secretário de Estado da Gestão Pública, Guilherme Lima, subiu ao palco para parabenizar os servidores: “Vocês são as estrelas da noite e merecem que um evento como este tenha sido feito e

pensado para vocês. O servidor tem uma missão árdua todos os dias, então, nada melhor que uma oportunidade de se divertir e revelar seus talentos”, disse.

O secretário ressaltou o apoio do governador do Estado, Teotônio Vilela Filho à iniciativa: “O evento muda a forma de se enxergar o servidor público e o modo como o próprio servidor se enxerga”, resumiu Guilherme Lima. 

## Programa de valorização do servidor completa dois anos

O Programa de Valorização do Servidor Público foi lançado em maio de 2008 com o objetivo de dar oportunidade de aperfeiçoamento e promover novos conhecimentos para o servidor. Para isso, foram traçadas diferentes ações na área de Recursos Humanos.

O programa contempla a categoria em vários aspectos e inclui parcerias com faculdades que permitem aos servidores realizar cursos de graduação e pós-graduação com desconto e cursos regulares para o aperfeiçoamento nas áreas de interesse do servidor promovidos pela Escola de Governo.

Em outubro – quando se comemora o Dia do Servidor Público –, as ações do programa são ampliadas com feira de talentos, oficinas, palestras e diferentes modalidades de jogos. Os servidores de destaque no ano também recebem a Medalha de Honra ao Mérito Sívio Luna Vianna.



Servidores em iniciativa do Programa de Valorização



# Saeb busca maior capilaridade para SAC

Com atenção aos conceitos de inclusão e agilidade, postos compactos e unidades itinerantes ajudam a passar por todos os 417 municípios do Estado ao longo do ano

*Assessoria de Comunicação | Saeb-BA ■*



Cruz das Almas: unidades aproximam cidadãos dos serviços públicos

Avançar na qualificação e expansão da prestação de serviços públicos por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), agregando à rede existente conceitos de inclusão, de atendimento igualitário e de agilidade, tornou-se um dos maiores desafios da gestão pública baiana a cargo da Secretaria da Administração (Saeb) nos últimos três anos. A equação, que se apresentava difícil diante da extensão territorial da Bahia e da população estadual de 14 milhões de habitantes, encontrou resultado positivo em um mecanismo que associa tecnologia de atendimento à parceria entre Estado e prefeituras municipais.

Desta forma nasceu o Ponto Cidadão, uma unidade compacta de atendimento da rede SAC, implantado em municípios de pequeno e médio portes para a oferta de kit básico de documentos - Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Antecedentes Criminais e Cadastro de Pessoa Física (CPF). Um modelo de inserção social que encurta distâncias e promove cidadania.

O novo modelo de posto reproduz o anterior na capacidade de disseminação, na economicidade e na praticidade de implantação. A parceria com as prefeituras municipais viabiliza a infraestrutura e custeio da unidade de atendimento, cabendo ao Estado a cessão da tecnologia de gestão em si, por meio da padronização de processos, procedimentos e sistemas informatizados. A soma resulta em benefícios diretos para todos os entes envolvidos, mas, principalmente, para a população das localidades que não contavam com o serviço de retirada de documentos e precisavam deslocar-se por longas distâncias até um município com SAC.

Hoje, o Estado dispõe de oito unidades compactas de atendimento do SAC. Até final de junho, serão 12 unidades. Já existe Ponto Cidadão nos municípios de Central, localizado na região centro-norte; de Inhambupe situado na região nordeste do Estado; em



## Referência internacional

O reconhecimento de outras instâncias governamentais tais das inovações implementadas na gestão da rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) já extrapola as fronteiras brasileiras. Um acordo de cooperação técnica para implantação do projeto da unidade compacta do SAC, o Ponto Cidadão, na República Dominicana foi assinado em maio deste ano, com base na nova tecnologia de atendimento ao cidadão. O Projeto foi indicado como o modelo ideal para o país, por conta de semelhanças com o Brasil.

A missão brasileira contou com membros do Ministério de Minas e Energia, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), das Secretarias da Administração (Saeb) e do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre). A credibilidade conferida à tecnologia do Ponto Cidadão, tem seu propósito em existir: maior acesso da população local à emissão de documentos e ao exercício da cidadania. Quando implantado no país, o projeto oferecerá, entre outros serviços, emissão de passaporte, documento de habilitação, antecedentes criminais e de registro de empresas e patentes.

Presidente Tancredo Neves, baixo-sul; em Mucugê, no centro-sul; em Cruz das Almas, município pertencente à Região Metropolitana de Salvador (RMS), em Coaraci no sul do Estado e em Curaçá, no Vale do São Francisco. Juntos os pontos já prestaram mais de 60 mil atendimentos à população.

Com os postos compactos, a rede SAC ganha mais capilaridade. São 36 unidades de atendimento, sendo 27 postos SAC, sete Pontos Cidadãos e duas unidades itinerantes, o SAC Móvel que percorre todos os municípios baianos durante o ano. Este número amplia mês a mês com a instalação de novos Pontos Cidadãos pelos municípios baianos.

De acordo com o Secretário da Administração do Estado, Manoel Vitório, a arquitetura de gestão proposta para a expansão do sistema baiano de atendimento ao cidadão tem base sólida na inclusão social. Vitório lembra ainda que a documentação básica emitida pela unidade do Ponto Cidadão viabiliza o acesso a direitos como o primeiro emprego, ao sistema bancário e aos programas de incentivo e assistência social do governo.

No período de três anos, dez novas unidades SAC foram instaladas na capital e no interior do Estado sempre com o objetivo de ampliar o acesso aos serviços públicos. “A infraestrutura existente, até então, já não respondia à procura de serviços por parte da

sociedade em decorrência do aumento populacional na capital, que exibia incremento de 600 mil habitantes na última década segundo dados do IBGE e pelo próprio desgaste estrutural dos postos” comenta o secretário.

O quadro demandou ação no sentido de garantir à população baiana a manutenção do padrão de atendimento nos postos,



Coaraci: Rede SAC é referência internacional

avanzando na aplicação de novas tecnologias de gestão. A administração estadual atuou também na requalificação da rede SAC. O trabalho passou por amplo diagnóstico ainda no ano de 2007. O relatório final apontou problemas como senhas insuficientes, pressão sobre tempo de espera e superlotação de algumas unidades. Havia também, má distribuição de servidores, unidades com serviços sem demanda, sistemas lentos ou com interrupções frequentes. Tudo isso associado à infraestrutura precária de alguns postos que apresentavam problemas nas redes elétrica, hidráulica e tecnológica (postos com infiltrações, fios elétricos aparentes, ameaças de desabamento). Todas as unidades passaram por reforma estrutural e ou ampliação de áreas de atendimento e circulação. Um único padrão visual e de mobiliário foi adotado, tornando uniforme a identidade dos postos.

Na capital, além das reformas pontuais, a rede foi acrescida em três novas unidades. Os bairros de Pau da Lima e Pernambués ganharam postos SAC, implantados em parceria com o setor privado, no caso a rede Wal Mart, que cedeu gratuitamente ao Estado as instalações já adequadas ao padrão SAC, além de mobiliários e utensílios. Um posto de maior porte e capacidade de atendimento foi inaugurado no Salvador Shopping que ofereceu infraestrutura física, deixando ao Estado a responsabilidade de arcar apenas com os custos de mobiliário, tecnologia e pessoal.

Todo o trabalho foi executado por meio de um programa de gestão pública específico, o Você Cidadão, que projetou e executou o novo salto qualitativo do sistema do SAC, sanando problemas estruturais, de acessibilidade e sazonais por demanda, via ações itinerantes.

Dois projetos do Você Cidadão foram implementados com o objetivo de atender o excedente de demanda por documentação básica em períodos específicos do ano: o SAC nas Escolas para a procura por documentação para a matrícula escolar; e o SAC Verão, para ampliação de atendimento no período de férias escolares e alta estação. 🇧🇷



Cidadão é atendido por servidores em Tancredo Neves

## SACs geram oportunidades de trabalho para jovens e deficientes

No novo programa de requalificação do SAC, a inclusão social se dá também por meio da captação de pessoal. Jovens em situação de risco social e deficientes físicos selecionados e capacitados pelo programa a governamental Mais Futuro já atuam nas unidades de atendimento da rede SAC em todo Estado. Hoje, além dos cerca de 2,5 mil servidores da rede, mais 300 integrantes do Mais Futuro estão alocados nas 36 unidades do SAC.

Para atuar no atendimento aos cidadãos, os aprendizes do Mais Futuro recebem treinamento teórico dividido em módulos que incluem disciplinas com o qualificação no atendimento, administração pública, informática e noções de empreendedorismo. Os contratos firmados pelos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado da Bahia, tem validade de dois anos.

### Digital

Outro avanço em pretendido diz respeito à emissão da carteira de identidade, que ficou muito mais segura com o sistema digital implementado em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-Ba). A nova Carteira de Identidade é baseada na biometria, que verifica a impressão digital do indivíduo e realiza o atendimento de informações com a Polícia Federal. O novo sistema reforça a detecção de tentativas de retirada de documentos falsificados.

A arquitetura lógica de gestão proposta para a reestruturação do sistema baiano de atendimento ao cidadão reafirma a compreensão de que o atual Governo preocupa-se em fazer acontecer um direito que é de todos: o acesso ininterrupto ao exercício da cidadania. "Por estes motivos posso afirmar que estamos diante de um novo SAC. Soubemos aproveitar o que tínhamos do nosso conceito original, e avançamos em quesitos com o 'inclusão, qualidade e igualdade de atendimento', diz Vitorio.



CEARÁ

## Mesa democratiza relações de trabalho

Governo do Estado do Ceará promove encontro para debater ideias entre servidores e administração

Assessoria de Comunicação | Seplag-CE ■

As relações de trabalho entre o Governo do Estado do Ceará e os servidores estaduais ficaram mais estreitas nos últimos três anos. Em junho de 2007, o governo criou a Mesa Estadual de Negociação Permanente (MENP), espaço de encontro entre governantes e trabalhadores do serviço público para debater assuntos em comum e gerenciar conflitos. Desde a criação, foram realizadas 36 reuniões que resultaram em 18 acordos, como a revisão geral das categorias, a instituição de gratificação e ampliação de carga horária e alteração do sistema remuneratório para a carreira de delegado de Polícia.

Os servidores são representados por 32 entidades, que compõem o Fórum Unificado das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos Estaduais do Ceará (Fuaspec), e se reúnem mensalmente com os representantes do governo com pauta pré-definida e elaboração de atas. A iniciativa, inédita no Estado, reforça a transparência administrativa, fortalece a atuação conjunta dos sindicatos e associações e estimula a organização nos locais de trabalho.

“Com a criação da MENP, o governo estabeleceu um novo paradigma e um instrumento de gestão estratégica, que estimula e reconhece a participação dos servidores na definição de políticas e nos processos decisórios que dizem respeito à vida funcional

dos servidores”, afirmou a secretária do Planejamento e Gestão, Desirée Mota.

A MENP é composta por duas bancadas: a de governo e a dos trabalhadores, com um coordenador representando cada parte. Participam da bancada do governo, sob a coordenação da secretária do Planejamento e Gestão, dois representantes do gabinete

do governador, e representantes da Procuradoria Geral do Estado e da secretaria da Fazenda. Já a bancada dos trabalhadores é composta atualmente pelas entidades indicadas pelo Fuaspec: Associação dos Servidores da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (ASSEEC), Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Públi-

co Estadual do Ceará (MOVA-SE), Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Ceará (SINPOCI/CE), Sindicato dos Trabalhadores na Área de Trânsito do Estado do Ceará (SINDTRAN) e Sindicato dos Fazendários (SINTAF).

Além da mesa central, foram instituídas mesas setoriais para as Secretarias de Estado. Essas reuniões têm as mesmas características da mesa central, com a diferença que podem discutir e pactuar sobre questões de interesse das secretarias, mas que não impliquem em questões relativas a reajustes salariais e Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

A MENP REFORÇA A TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA E CONTRIBUI PARA IMPLANTAR MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO.



## Principais desafios

A COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E O INEDITISMO DA INICIATIVA NO ESTADO TRAZEM ALGUNS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS PELA MESA ESTADUAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE (MENP). SÃO ELES:

CONSTRUIR UM A NOVA RELAÇÃO DE TRABALHO : GOVERNO E SERVIDORES PÚBLICOS |

Um dos grandes desafios dos gestores públicos é administrar as diferentes formas de conflitos. A atuação da MENP e das mesas setoriais exigiu investimentos na capacitação dos componentes das bancadas e em técnicas de negociação.

BUSCAR SOLUÇÕES EFETIVAS QUE CONSIDEREM TANTO AS LIMITAÇÕES FINANCEIRAS E LEGAIS DO ESTADO QUANTO AS REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES |

A implantação da MENP abriu espaço para negociação e reestruturação de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), um das maiores demandas dos servidores. Atualmente, constam 17 processos de PCCS. O desafio, portanto, é construir uma agenda na MENP que priorize as demandas considerando as limitações financeiras, os aspectos legais e as áreas prioritárias do Governo, sem deixar de atender as reivindicações dos servidores e sem perder o foco no interesse público.

OBTER, NOS ACORDOS CELEBRADOS, COM PROMISSOS COM A MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À POPULAÇÃO |

A expectativa do Governo nas negociações com os servidores é o de que os ganhos salariais concedidos reflitam na melhoria dos serviços entregues à população.

MANO ELVITAL/SEETAG

Reunião do Menp :  
credibilidade para  
solução de conflitos



AMPLIAR O ESCOPO DA NEGOCIAÇÃO INCORPORANDO TAMBÉM A "PAUTA" DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL |

Além das negociações financeiras, que ocupam a maior parte das pautas da MENP, outras temáticas relevantes à vida funcional dos servidores e à administração pública estadual também são debatidas. Plano de capacitação, implantação do modelo de avaliação de desempenho, sistema de cadastramento de ativos e inativos, e modelo de banco de talentos são exemplos dessas temáticas.




#### EQUILIBRAR INTERESSES DE CATEGORIAS |

Alguns grupos, formados por categorias que desempenham funções estratégicas no poder executivo, dialogam diretamente com o Governo, sem passar pela MENP. O desafio é fazer do grupo de negociação um contrapeso ao poder de pressão dessas categorias, e instituir a MENP como o meio de tratar dos interesses dos servidores públicos de toda a Administração.

ADOPTAR INSTRUMENTOS DE SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO

#### DE ESTUDOS TÉCNICOS NAS ETAPAS DA NEGOCIAÇÃO |

A complexidade e os impactos das decisões tomadas durante o processo de negociação exigem a adoção de instrumentos informatizados que apoiem a negociação nas etapas de pré-negociação, condução da negociação e pós-negociação.

LEVAR AO CONHECIMENTO DE TODOS OS SERVIDORES DO ESTADO OS ENCAMINHAMENTOS E POSICIONAMENTOS DOS ASSUNTOS AMPLIAMENTE DISCUTIDOS NA MENP. 



Auditério lotado de servidores para o II Congresso de Gestão Pública



ESPÍRITO  
SANTO

## Congresso reúne 1,3 mil servidores

II Congresso de Gestão Pública, realizado pela Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger), ajuda a fomentar discussão sobre boas práticas

*Assessoria de Comunicação | Seger-ES* ■

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger), realizou nos dias 7 e 8 de abril a segunda edição do Congresso de Gestão Pública (Congesp). O evento repetiu o sucesso de 2009 e reuniu, no Centro de Convenções de Vitória, cerca de 1,3 mil servidores de todo o Estado para a discussão de assuntos relevantes para a administração pública.

O tema do II Congesp foi “Recuperação pós- crise financeira aliada às boas práticas de gestão pública”. O objetivo foi discutir instrumentos que viabilizem resultados sociais com eficiência, economicidade e efetividade, com foco na relevância para todo setor público do Estado e no benefício do cidadão.

O governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, marcou presença na abertura do congresso e afirmou que, apesar das leis arcaicas que regem o estado brasileiro, é possível fazer com que o serviço público seja eficiente e de qualidade. “Os serviços oferecidos aos cidadãos podem e devem ser de qualidade, até porque são os cidadãos que financiam a estrutura da máquina pública”, disse.

O governador reconheceu que a tarefa não é fácil, pois as leis que regem o funcionamento do serviço público estão focadas na formalidade e não nos resultados. “Enquanto a reforma não vem, nossa tarefa é continuar esse trabalho que estamos fazendo no governo do Estado para que a máquina pública funcione da melhor maneira possível em benefício da população capixaba”, completou.





O governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, e o Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo, Heraclito Amancio Pereira Junior, abrem o evento.

Segundo Hartung, os avanços na área administrativa do Estado do Espírito Santo são um verdadeiro legado para os capixabas. “O que foi feito aqui é digno de orgulho. É uma alegria ver a administração capixaba profissionalizada e reestruturada. Saímos de um Estado destruído, sem recurso até pra pagar os salários do servidor, para uma administração organizada, com planejamento e dinheiro em caixa”, concluiu.

O Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Heraclito Amancio Junior, falou sobre a importância do Congesp

na vida do cidadão. “Eu acredito que a evolução da Gestão Pública é primordial para a melhoria no atendimento à população. Muitas vezes a gente não tem esse foco, mas o nosso objetivo final é o cidadão. Nem como nosso cliente, nem como nosso patrão, essa evolução tem que procurar a melhoria para o cidadão”, pontuou Heraclito.

Para o secretário, a realização do Congesp contribui para a evolução da gestão e já é um sucesso. “São mais de mil pessoas envolvidas neste importante debate”, disse.

## Programação promove intercâmbio entre servidores

Com o objetivo de promover a difusão de bons projetos e a troca de experiências entre os gestores, a programação do Congesp contou com palestras e salas temáticas de especialistas na gestão pública. Entre os destaques, a apresentação de 25 trabalhos desenvolvidos por servidores públicos sobre boas práticas na administração escolhidos pelo Comitê Científico do Congesp entre 121 inscritos.

O economista Paulo Rabello de Castro falou na abertura sobre os reflexos da crise financeira internacional e o momento econômico brasileiro. Na avaliação do economista, embora tenha abalado as finanças públicas, o Brasil soube lidar muito bem com a crise econômica de 2008 e 2009. No entanto, ele foi enfático ao dizer que a crise não acabou, está apenas com o péssimo. “Fizemos um ótimo trabalho de superação, mas a crise continua”, avisou, sem deixar de elogiar a gestão do governo capixaba. “O Espírito Santo é o exemplo do bom planejamento”.

Outro palestrante foi o economista, escritor e articulista da revista *Veja* Claudio de Moura Castro que avaliou o impacto da educação com o foco de minimizar os entraves criados pelo excesso de burocracia pública. Castro lembrou que é impossível acabar com a burocracia ou mesmo melhorar a sociedade sem a contribuição séria e severa da educação. “A educação talvez seja um dos caminhos para o fim desta praga”, disse.

Para Castro, os servidores públicos precisam ser inquietos e obcecados por soluções que possam melhorar o processo de gestão pública. “Tem que ser chato. Existem coisas que foram implantadas há muito tempo e, por isso, acabam virando rotina, mas não podem os nos conformar. Tem os que ter juízo então para identificar a melhor maneira de fazer as coisas”, concluiu.

## Prêmio incentiva a inovação no serviço público

Um dos destaques do II Congresso de Gestão Pública capixaba foi o lançamento do Ciclo 2010 do Prêmio Inovação na Gestão Pública do Espírito Santo (Inoves). É a sexta edição do prêmio que terá como tema “Mostre que você conhece a fórmula da inovação”. O objetivo é desenvolver uma cultura empreendedora de gestão no setor público, por meio do incentivo ao desenvolvimento de projetos inovadores.

As inscrições para o prêmio vão até 9 de julho. Podem concorrer iniciativas de servidores estaduais e municipais dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Os trabalhos devem ter pelo menos seis meses de implementação e apresentar resultados mensuráveis. Além do troféu Inoves, a equipe do projeto vencedor recebe a quantia de R\$ 10 mil para ser aplicada no desenvolvimento e melhoria do trabalho.

O Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Heraclito Amancio Pereira Junior, falou sobre a importância do empreendedorismo. “O Inoves já se consolidou como o prêmio do serviço público capixaba e é cada vez mais desejado pelas

equipes de servidores. O prêmio já ficou conhecido como o ‘Oscar do Serviço Público Capixaba’”, disse.


O coordenador do Inoves, Manoel Carlos Rocha Lima, falou sobre as categorias do prêmio. Os projetos podem concorrer em uma das oito categorias: Desburocratização, Uso eficiente dos Recursos Públicos, Valorização do Servidor, Atendimento ao Cidadão, Resultados para a Sociedade, Inclusão Social, Participação de Controle Social e Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação.

### | Família empreendedora

O lançamento do Ciclo 2010 do Inoves foi marcado pela palestra de Vilfredo e Heloisa Shürmann sobre Inovação e Gestão Empreendedora. Primeira família brasileira a dar a volta ao mundo em um veleiro, a Família Shürmann já percorreu 54 países em mais de 20 anos de aventuras no mar.

O casal falou de suas histórias e apresentou aquilo que foi fundamental para o sucesso de sua trajetória: planejamento, gestão, trabalho em equipe e liderança. “Estamos sempre em busca de novos desafios e de uma melhora contínua, com muita união,

profissionalismo, ética e comprometimento”, disse o capitão Vilfredo.

Em suas grandes aventuras, os Schürmann navegaram pelo mundo e conheceram povos e culturas exóticas. Os filhos cresceram a bordo. E a família teve o privilégio de compartilhar cada momento dessas aventuras. 



O casal Vilfredo e Heloisa Shürmann falou sobre a importância do planejamento

# Garanta o sucesso da sua gestão: Adote o Ergon



Utilizado por prefeituras  
de varias capitais:

São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre



Um em cada três Estados  
brasileiros já utiliza o Ergon

Mais de dois milhões de funcionários gerenciados



Auditoria continuada da  
Folha de Pagamento

RH e Folha de Pagamento integrados



 **TECHNE**  
[www.techne.com.br](http://www.techne.com.br)

**Ergon - Gestão de Capital Humano no Setor Público**

Agende uma demonstração pelo (11)2149 9200





# O BANCO BGN

foi criado em 1994, tendo como foco inicial atividades de empréstimo a empresas de porte médio localizadas no Nordeste e ao segmento de varejo pessoas físicas através do crédito consignado. Hoje, o **Banco BGN** faz parte do grupo francês **BNP Paribas**. Líder europeu em crédito ao consumidor, o BNP/Paribas é uma das maiores instituições financeiras da Europa, com mais de 70 mil colaboradores e atuação mundial. Com esta mudança, o BGN se fortalece ainda mais e solidifica sua imagem como um dos maiores autores de crédito consignado do País que está à sua disposição, onde você estiver.



Conheça nossas opções de financiamento, nossos limites e benefícios exclusivos!

**4004-5280**

(Capitais e Regiões Metropolitanas)

**0800-701-5280**

(demais localidades)

## O Empréstimo Consignado BGN

é exclusivo para você, Funcionário Público, aposentado e pensionista do INSS.

- Sem burocracia
- Melhores taxas e prazos
- Desconto direto em folha de pagamento

Seja qual for o seu projeto de vida, o Banco BGN estará sempre ao seu lado.

**[www.bgn.com.br](http://www.bgn.com.br)**

**BGN**

Uma empresa BNP PARIBAS





GOIÁS

# Vapt Vupt completa 10 anos

Auditoria interna comprova qualidade do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão, que já realizou mais de 58 milhões de procedimentos

Superintendência de Gestão Estadual | Sefaz ■

Os investimentos realizados pela Secretaria Estadual de Fazenda de Goiás na qualificação dos servidores do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão Vapt Vupt já apresentam resultados positivos. Desde 2008, quando a secretaria de Fazenda assumiu o projeto, foram criadas ações para capacitação e treinamento dos colaboradores, além da implantação, pela Superintendência de Gestão Estadual, de auditoria para verificar o nível de aprendizado dos servidores.

Em março deste ano, O Vapt Vupt completou 58 milhões de atendimentos, com 99% de aprovação dos seus usuários. Criado em outubro de 1999, o Vapt Vupt é uma central de atendimento ao cidadão, que oferece mais de 300 serviços de órgãos das esferas federal, estadual e municipal, além de empresas privadas prestadoras de serviços de interesse público.

Em 2003, o Vapt Vupt criou uma nova forma de atendimento que contemplasse a população de municípios que não possuíam uma unidade fixa de atendimento. Hoje o programa é chamado de Vapt Vupt Móvel e já realizou mais de 250 edições e quase 600 mil atendimentos. Em março deste ano, o programa completou 55 milhões de atendimentos, com 99% de aprovação dos seus usuários.

Para alinhar o Sistema de Gestão de Qualidade do Vapt Vupt à Norma NBR ISO 9001 foi realizada uma auditoria entre os dias 11

a 20 de maio deste ano com os colaboradores de áreas internas da Gerência do Vapt Vupt e das unidades fixas de atendimento. A equipe auditora, formada por colaboradores internos e por técnicos do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), concluiu que os servidores demonstraram segurança e conhecimento em relação aos processos e entendem a importância do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e sua contribuição para os resultados.

Para a auditora líder Inajara de Araújo Mundim Ferreira e Athayde, houve um amadurecimento dos servidores em relação ao SGQ. "O envolvimento das pessoas é um dos fatores críticos de sucesso de um sistema de gestão da qualidade", afirma.

De acordo com a coordenadora do Sistema de Gestão da Qualidade, Juliana Maria Gomes de Almeida Alves, o resultado positivo da auditoria só foi possível pelo esforço, dedicação e comprometimento dos departamentos envolvidos.

Além dos investimentos na qualificação do servidor, a Superintendência de Gestão Estadual também ampliou o número de unidades fixas e firmou convênios com órgãos federais para atendimento nas unidades do Vapt Vupt. Desde agosto de 2009 são oferecidos os serviços da Polícia Federal e do Tribunal Regional Eleitoral e, no primeiro semestre desse ano, foi disponibilizado o atendimento do INSS.

## VAPT VUPT EM NÚMEROS – 10 ANOS DE FUNCIONAMENTO

**21** unidades fixas

**19** unidades fixas certificadas pela ISO 9001:2000

**58.000.000** de atendimentos

**620.000** atendimentos em ensaios

**30.000** atendimentos diários

**67** condomínios

**647** serviços prestados

**139** cidades beneficiadas pelo Vapt Vupt Móvel

**99%** de satisfação

Fonte: Superintendência de Gestão Estadual | novembro/2009



MATO  
GROSSO

# Aposentadoria em 15 minutos é realidade

Programa escolhido como modelo do PNAGE analisou 1.846 processos e concedeu 1.359 benefícios em menos de seis meses

Assessoria de Comunicação | Sad-MT ■

Criado pelo governo do Estado do Mato Grosso, o programa “Aposentadoria em 15 Minutos” já aposentou mais de 1,3 mil servidores e é considerado case nacional pelo Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados, DF e Municípios (PNAGE).

Entre 10 de dezembro de 2009, quando o sistema entrou em funcionamento, e 18 de maio deste ano foram analisados 1.846 processos. A procura dos servidores por agendamento também tem sido grande. Aproximadamente 600 processos estão agendados para o período entre o dia 19 de maio e 30 de julho deste ano.

“Quando ligaram pra mim e pediram que eu fosse até a SAD me aposentar, deu um frio na barriga. Uma emoção que eu não sei explicar, mas é muito bom. Agora que acabei de me aposentar, vou seguir minha vida, vou continuar vendendo imóveis, vou ter mais tempo”. A professora Maria de Fátima Gomes de Oliveira, 52, na profissão há 31 anos faz parte do grupo de servidores públicos que tiveram suas aposentadorias concedidas por meio do sistema “Aposentadoria em 15 Minutos”.

De acordo com o Secretário de Administração, Bruno Sá Freire Martins, dos 1.846 processos analisados, 1.359 foram concedidos; 233, indeferidos; 133 foram considerados ausentes; e 121, cancelados. Os motivos dos indeferimentos vão desde o tempo de serviço incompleto até idade inadequada. Os ausentes e os cancelados são processos que os servidores deram entrada e desistiram no momento do atendimento ou apenas deixaram de comparecer na data e horário marcados.

“O servidor que está prestes a se aposentar pode ligar para o 0800-647-3633 e marcar o dia e a hora em que quer ser atendido, por isso temos atendimento até julho, mas não quer dizer que todos os horários estão preenchidos. Mas isso é bom, pois mostra que o servidor está buscando o recurso e que ele pode se programar. Esse é um dos objetivos do programa: valorizar o servidor a partir do momento em que ele pode se programar sabendo o dia exato em que será aposentado”, explicou o Secretário de Administração.

Apesar do nome “Aposentadoria em 15 Minutos”, o tempo médio de atendimento aos servidores tem sido bem menor, em

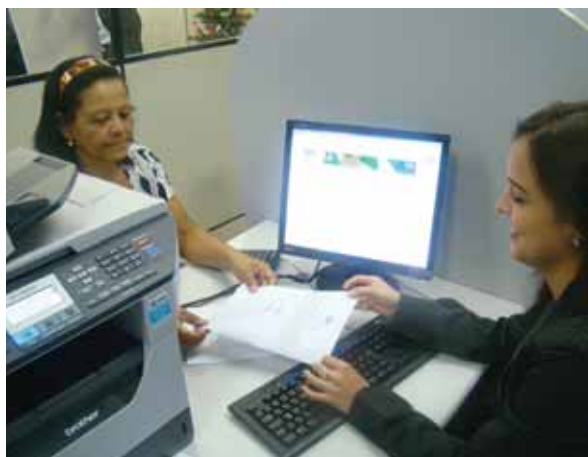


O SERVIDOR QUE ESTÁ PRESTES A SE APOSENTAR  
PODE LIGAR E MARCAR O DIA E A HORA EM  
QUE QUER SER ATENDIDO.



BRUNO SÁ FREIRE MARTINS  
Secretário de Administração






Servidores durante o processo de aposentadoria

torno de 8 minutos. “Colocamos em 15 minutos para termos um tempo de segurança, mas o processo está sendo realizado em menos tempo e esse é nosso objetivo. Atender bem e com agilidade, assegurando ao servidor dignidade e respeito no fim de sua carreira”, ressaltou Martins.

Com o apoio do PNAGE (Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados, DF e Municípios), o programa Aposentadoria em 15 Minutos está se tornando conhecido nacionalmente e até mesmo internacionalmente.

O programa foi escolhido para representar o Brasil no exterior após a realização do II Seminário Nacional de Ações Compartilhadas, promovido pelo PNAGE e pelo Promoex (Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, DF e Municípios) em novembro de 2009, na cidade de Curitiba. No evento, foram apresentadas 52 experiências inovadoras em gestão pública dos Estados e Tribunais de Contas brasileiros. Dentre estas, foram selecionadas duas do governo de Mato Grosso (15 Minutos e Fiplan) e do Tribunal de Contas de Pernambuco como as mais exitosas. Os três projetos foram apresentados em uma missão à Espanha.

Para o coordenador geral do PNAGE em Mato Grosso, o secretário-adjunto da Secretaria de Estado de Administração, Paulo Roberto Francisco da Silva, o papel dessas ações como disseminadoras das boas práticas de gestão é muito importante. “O PNAGE está fazendo com que as práticas sejam vistas por todos. Está reconhecendo uma prática interessante mesmo que esta não seja originária do próprio PNAGE, mas que contribua para a gestão pública como um todo. O PNAGE dá o suporte para que as coisas aconteçam, sendo um facilitador, um elo entre os organismos governamentais”, ressaltou.

Desde sua implantação, representantes de outras Unidades Federativas já estiveram em Mato Grosso com o objetivo de conhecer melhor o processo e até mesmo a possibilidade de implantação em seus Estados como Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Espírito Santo. 

### Passo-a-passo: como funciona o “Aposentadoria em 15 minutos”

Para implantar o “Aposentadoria em 15 minutos”, toda a vida funcional dos servidores públicos do Poder Executivo, sejam eles civis ou militares, foi digitalizada no Sistema Estadual de Administração de Pessoas (Seap) e no Sistema de Previdência (Sisprev). Isso foi feito por meio da digitalização dos Diários Oficiais e das fichas funcionais dos servidores e permitiu que todo o processo de aposentadoria fosse informatizado. Com todos os documentos digitalizados, os documentos necessários ao procedimento somente são impressos no fim de todo o processo para serem encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Ao ser atendido na data e horário marcados no Disque-Servidor, o servidor será orientado sobre as leis de aposentadoria, as regras a que tem direito e então poderá escolher a que mais lhe agrada. Após esse processo, ele confirmará a sua escolha por meio de uma senha cadastrada no início do atendimento.

Depois da digitação da senha do servidor autorizando o procedimento, será aberto o processo para a geração dos documentos oficiais necessários para o processo de aposentadoria. Por fim, será gerado o ato da aposentadoria, assinado digitalmente pelo governador e pelo secretário da pasta, concluindo o processo de aposentadoria. O ato é publicado no Diário Eletrônico Oficial disponibilizado no site da Imprensa Oficial do Estado ([www.domatmgov.br](http://www.domatmgov.br)) no dia seguinte, o que lhe garante validade jurídica.





O candidato a Presidência, José Serra; o ex-presidente Itamar Franco; o vice-presidente José Alencar; o governador Aécio Neves; o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; e o deputado federal Rafael Guerra

## Cidade Administrativa é inaugurada

Autoridades de todo o país participam do evento.  
Projeto economiza R\$ 92 milhões

*Assessoria de Comunicação | Seplag-MG* ■

Inaugurada em março, a nova Cidade Administrativa do Governo do Estado de Minas deve gerar cerca de R\$ 92,7 milhões em economia só com custos administrativos. O projeto, idealizado em 2003, início do primeiro mandato do governador Aécio Neves, faz parte do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), que definiu estratégias e prioridades do governo até 2020.

“O PMDI considera a visão de crescimento e desenvolvimento que se propõe para o Estado. Um dos itens prioritários da agenda administrativa compreendeu o empreendimento de um trabalho intensivo e extensivo de modernização e de inovação da gestão pública, envolvendo a melhoria da infraestrutura física, tecnológica e organizacional da administração estadual”, resume a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena.

Tal visão fica clara no trecho do PMDI que descreve o centro administrativo: “nesse terreno, a implantação de um Centro Administrativo do Poder Executivo Estadual em Belo Horizonte ganha relevância estratégica pelos seus efeitos multiplicadores e integradores, além da redução de custos que poderá propiciar em decorrência de racionalizações de várias ordens.”

A junção de 43 órgãos e entidades que ocupam 73 edificações em vários bairros de Belo Horizonte elimina redundâncias em várias atividades administrativas, como vigilância, recepção e limpeza, decorrentes da dispersão física dos órgãos. A centralização também contribui para a redução de custos logísticos, já que diminui a demanda por serviços de mensageria e os custos de deslocamento entre órgãos. Está prevista ainda uma redução signifi-

cativa dos custos com telefonia e também de gastos com aluguéis, pois das 73 edificações utilizadas anteriormente, somente 27 são de propriedade do Estado.

Foram sete anos de intenso planejamento e dedicação para a conclusão da obra de acordo com o que estava proposto no PMDI. Estudos que avaliam o impacto econômico da Cidade Administrativa foram conduzidos pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e auditados por empresa terceirizada. O objetivo do governo passa a ser, portanto, aplicar os R\$ 92 milhões que serão economizados anualmente em áreas como educação, saúde e segurança, contribuindo para a solidificação de um Estado que gasta menos com a máquina e mais com a população.

A integração física das Secretarias na Cidade Administrativa também atua como elemento propulsor da profissionalização da gestão pública. Na nova sede do governo, os servidores têm condições ideais para a execução dos seus trabalhos, em ambientes integrados que permitem colaboração e sinergia, criando novo estímulo e rotinas para a prestação dos serviços. Após a ocupação de todos os prédios, o número de servidores com acesso à internet aumentará em 90%. Cerca de 15,5 mil servidores terão computador próprio conectado à rede de transmissão de dados.

Até mesmo a tramitação de documentos oficiais e de processos governamentais será alterada. Entrega e coleta dos documentos serão realizadas em horários previamente definidos pelas secretarias para garantir o acompanhamento e dar agilidade. Um sistema de gestão eletrônica acelerará os procedimentos de envio e entrega, dando mais segurança no armazenamento dos dados.

O modelo de aquisições que será adotado na Cidade Administrativa também está focado na melhoria do grau de eficiência da gestão pública. Serão adotados indicadores de desempenho na fórmula de remuneração das empresas, de forma a permitir o acompanhamento do serviço prestado. Os fornecedores - como já ocorre com a própria administração - serão avaliados de acordo com metas pré-definidas, ampliando-se o conceito de gestão por resultados. O objetivo é atingir nos serviços contratados os mesmos ganhos de eficiência obtidos internamente nos últimos anos.

“Os motivadores do choque de gestão – economia, desenvolvimento e eficiência em gestão pública – são os mesmos. A Cidade Administrativa é a síntese concreta dos elementos trabalhados pela administração estadual desde 2003”, afirma a Secretária Renata Vilhena. ■

### ECONOMIA ANUAL PREVISTA NA CIDADE ADMINISTRATIVA

<b>R\$ 37 milhões</b>	Conservação e limpeza, manutenção de elevadores, mensageria interna e externa, recepção e vigilância, material de escritório e serviço de copiagem
<b>R\$ 28,4 milhões</b>	Telefonia e dados
<b>R\$ 19,7 milhões</b>	Aluguéis
<b>R\$ 2,22 milhões</b>	Frota e motoristas
<b>R\$ 5,4 milhões</b>	Reprografia e impressão
<b>R\$ 92 milhões</b>	TOTAL



### Localização ajuda a revitalizar vetor Norte de Belo Horizonte

A Cidade Administrativa também representa um elemento de indução de crescimento de uma importante região de Minas Gerais: o vetor norte de Belo Horizonte. Trata-se de uma das áreas com mais baixos índices de desenvolvimento econômico e social que vem, desde 2004, sendo objeto de plano de ordenamento econômico e social por parte do Governo do Estado.

Nesse contexto, a instalação da Cidade Administrativa na região atuará como pólo de atração para novas oportunidades de investimentos privados e, conseqüentemente, para a geração de emprego e renda, além da expansão mais ágil ordenada desta área urbana. A implementação

de iniciativas como a ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e a construção da Linha Verde também fazem parte desse projeto.

A Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, lembra ainda que a população não arca com o investimento necessário para construção da Cidade Administrativa. O empreendimento foi totalmente construído com recursos da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), empresa de economia mista cuja receita destina-se exclusivamente a investimentos em infraestrutura do Estado. Ou seja, não foram usados recursos do Tesouro nas obras.



PARÁ

# Excelência na Gestão Pública

Secretaria Estadual de Administração do Pará qualifica serviço público por meio de manuais de procedimento

*Christian Emanoel | Sead-PA* ■

Para resolver os principais entraves na gestão pública, a Secretaria Estadual de Administração do Estado do Pará (Sead) elaborou cerca de 12 manuais de procedimentos para as mais diferentes áreas: Gestão de Pessoas, Licitação/Pregão, Patrimônios Mobiliário e Imobiliário, Pagamento de Servidores Públicos. O trabalho foi feito a partir de reuniões de no máximo 15 minutos. Nessas reuniões, eram descritos o passo-a-passo dos procedimentos de cada processo, o que dava origem a um fluxograma. Todos os processos foram analisados, melhorados e reapresentados às equipes, que finalizaram o trabalho com o monitoramento e a avaliação do processo reestruturado.

As reuniões de 15 minutos foram realizadas no estilo workout, com o objetivo de aproveitar as experiências das pessoas da área para desenhar o processo. A primeira etapa é a mais exaustiva, pois cada trabalho tem que ser descrito de maneira minuciosa. Além disso, a secretaria também recorre a algumas consultorias externas e a outros órgãos estaduais.

FOTOS DE CHRETTAN EM ANOEL / ASCOM - SEAD



Com o término desta fase, a SEAD estudou a maneira de realizar a uniformização dos processos de todas as entidades públicas paraense, tomando como base o trabalho já realizado em casa. A

idéia é instituir diretrizes para mapeamento de processos para os demais órgãos do governo. Agregado a isso, a secretaria pretende promover, em conjunto com a Escola de Governo Dom Macedo Costa (EGPA), ações de capacitação na área de mapeamento de processos para os servidores.

“O desafio é realizar o máximo de capacitação com o mínimo de custos. Um caminho seria disponibilizar capacitações on-line a servidores, fazendo assim, a multiplicação do conhecimento”, explica a diretora de Desenvolvimento de Gestão da Sead, Milene Carvalho.

Na busca por uma gestão mais eficiente, a Sead desenvolveu ainda outros projetos. Modernizou, com apoio do Programa de Modernização Gestão e do Planejamento do Estado do Pará (PNAGE), o parque tecnológico; ampliou o projeto social Tá Na Mão; reduziu gastos; implantou melhorias na perícia médica dos

O DESAFIO É REALIZAR O MÁXIMO DE CAPACITAÇÃO COM O MÍNIMO DE CUSTOS. UM CAMINHO SERIA DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÕES ON-LINE A SERVIDORES, FAZENDO ASSIM, A MULTIPLICAÇÃO DO CONHECIMENTO.





Iniciativas resultam em atendimento rápido e qualificado para o cidadão



servidores; lançou o Sistema de Cotação Eletrônica e criou manuais para desburocratizar os processos. As medidas foram implantadas visando à melhoria na qualidade dos serviços prestados pela secretaria e à busca pela excelência no atendimento ao público. “Essas são algumas das nossas conquistas recentes”, resume o secretário Wilson Modesto Figueiredo.

A redução dos gastos com as compras realizadas pelo Governo do Estado do Pará é outra meta que vem sendo alcançada pela Secretaria de Administração. Só no ano passado, por exemplo, foram realizados 984 pregões eletrônicos. Foram gastos aproximadamente R\$ 392 milhões em compra e o governo conseguiu uma economia de quase R\$ 100 milhões (20,29%). Já no pregão presencial, a economia alcançada nos sete leilões realizados foi de 52,63%. “A redução de gastos alcançou as metas estabelecidas pela governadora Ana Julia Carepa, que era de no mínimo 20%”, explica o secretário estadual de Administração, Wilson Figueiredo.

Essa redução foi conseguida após a implantação do Programa de Acompanhamento de Gastos Públicos, voltado à redução dos dispêndios com serviços logísticos por meio do controle e da racionalização do uso de serviços como energia elétrica, telefonia móvel, concessão de diárias e aquisição de passagens aéreas, além do controle e abastecimento da frota de veículos do Estado.

## Passo-a-passo: como funciona o Programa de Acompanhamento de Gastos Públicos

### | Sistema de Cotação Eletrônica

Destinado às aquisições realizadas por dispensa de licitação, comumente conhecidas como compra direta. Se assemelha ao pregão eletrônico. O interessado envia pela internet as propostas de preços. Vence aquele que apresenta o lance de menor valor. Democratiza o acesso ao mercado das compras governamentais e assegura igualdade de oportunidade a todos.

### | Gestão de Telefonia

O Estado do Pará realizou pregão eletrônico para contratar serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Tráfego de Dados na forma de um Plano Corporativo. O novo contrato inclui um sistema de gerenciamento on-line capaz de permitir a visualização e o gerenciamento de todos os acessos (linhas) e faturas do Plano Corporativo, com o estabelecimento de cotas para cada usuário do serviço, além da visualização de faturas, realização de bloqueios, entre outros serviços. As medidas garantiram nos períodos de março de 2009 a março de 2010, uma redução de 21,16% nas despesas com telefonia.

### | Eficiência Energética

Em parceria com o Laboratório de Qualidade e Eficiência Energética da Universidade Federal do Pará (UFPA), Governo do Estado e Sead adotaram um software que permite a gestão das faturas de energia elétrica dos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo do Pará. Inicialmente estão sendo analisados os doze maiores órgãos do Poder Executivo Estadual, dentre os quais já se encontram devidamente trabalhados: o Hospital Ophir Loyola (HOL), o Hospital das Clínicas Gaspar Viana (HCGV) e a Polícia Militar (PM).


### | Saúde ocupacional

Na área da saúde ocupacional do servidor, a Sead implantou o Call Center com o objetivo de melhorar o atendimento aos servidores ativos, inativos e seus dependentes. O servidor agora pode agendar sua perícia médica pelo telefone com maior comodidade e, na impossibilidade de comparecer ao local onde é realizada a perícia, a Sead oferece os serviços de perícia domiciliar e hospitalar. A perícia médica também foi descentralizada e, além da capital, agora funciona em 13 polos no interior do Estado.



Iniciativas de capacitação resultam em atendimento qualificado

### | Melhores práticas

Como forma de fortalecer o Programa de Qualidade na Gestão Pública, a Secretaria Estadual de Administração do Pará criou o Prêmio Estadual da Qualidade. O prêmio estimula as organizações públicas estaduais e municipais a avaliar e buscar melhorias contínuas de seus sistemas de gestão. Trata-se de reconhecer as organizações públicas que se destacam na busca da excelência na gestão. "O prêmio favorece o processo de transparência administrativa, o que contribui para o controle social", resume o secretário Wilson Figueiredo. 

## Secretaria de Administração investe no resgate da cidadania da população paraense

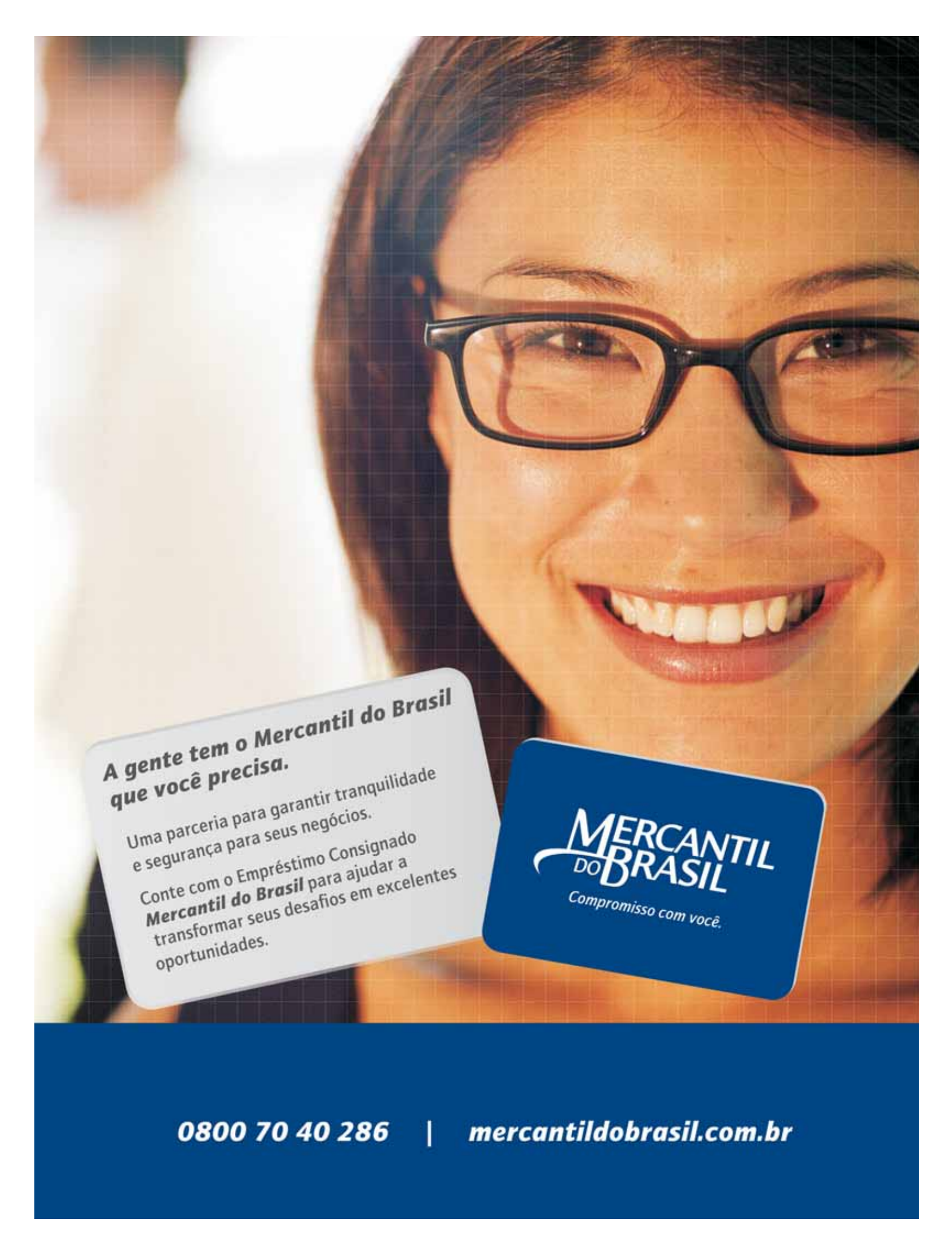
Segundo o maior Estado em extensão territorial do Brasil, com 144 municípios e 7.110.465 habitantes distribuídos por 124.770,270 quilômetros quadrados, o Pará possui uma população economicamente ativa de 3.357.223 (áreas urbana e rural). Para facilitar o acesso do cidadão às informações e serviços públicos, a Secretaria de Estado de Administração criou o Serviço de Atendimento ao Cidadão Tã na Mão. O serviço vai ao encontro dos macro-objetivos do governo que são gestão participativa e descentralizada; inovação para o desenvolvimento; e qualidade de vida para todos.

Na cidade de Belém, o Tã na Mão reúne aproximadamente 14 parceiros e as maiores demandas são expedição de carteiras de identidade, trabalho e CPF; renovação de carteira de habilitação; atendimento para o seguro desemprego; juizado especial de apoio; cadastramento de veículos novos; atendimento bancário para pagamento

de taxas e tributos; espaço para atendimento jurídico com delegacia de polícia, Defensoria Pública e Promotoria de Justiça; serviço de proteção e defesa do consumidor. Outras parcerias estão em negociação: Junta de Alistamento Militar; INSS; ANOREG (emissão da 2ª via de certidão de nascimento); Rede Ceipa e Corpo de Bombeiros Militar.

O Tã na Mão também está funcionando nas cidades de Santarém e Paragominas e está em implantação nas cidades de Cametá, Marabá, Marituba e Tucuruí. Só no ano passado foram atendidas mais de 130 mil pessoas somente na capital do Pará.

"A criação e a implantação do Tã na Mão demonstra à sociedade paraense a preocupação do Governo Popular em respeitar o cidadão e alinhar suas decisões às demandas da sociedade, a fim de que haja oportunidade para todos", explica o secretário Wilson Figueiredo.

A close-up photograph of a woman with dark hair and black-rimmed glasses, smiling warmly at the camera. The background is softly blurred, showing other people in a professional setting.

**A gente tem o Mercantil do Brasil  
que você precisa.**

Uma parceria para garantir tranquilidade  
e segurança para seus negócios.  
Conte com o Empréstimo Consignado  
**Mercantil do Brasil** para ajudar a  
transformar seus desafios em excelentes  
oportunidades.

**MERCANTIL  
DO BRASIL**  
*Compromisso com você.*

**0800 70 40 286 | [mercantildobrasil.com.br](http://mercantildobrasil.com.br)**





PARANÁ

## Governo vai ao interior

Programa de Descentralização do Governo do Paraná retoma prática interrompida há 15 anos: levar a estrutura administrativa do Poder Executivo para as macrorregiões do Estado

*Assessoria de Comunicação | Seap-PR* ■

Relações mais estreitas com as comunidades e lideranças locais, maior proximidade com os municípios na realização de ações e obras que garantem o desenvolvimento econômico e social do Estado. Essa tem sido a avaliação dos participantes do Programa de Descentralização do Governo do Paraná, iniciativa retomada no final do mês de abril e que, em dois meses, percorreu três das principais macrorregiões.

O programa consiste em transferir por dois dias da semana (às quintas e sextas) a capital administrativa. O gabinete do governador bem como das Secretarias de Estado, e ainda a direção das autarquias e companhias públicas, são levados de Curitiba para o município polo da macrorregião.

As atividades começam com a chamada Escola de Governo, reunião de apresentação de projetos e prestação de contas que reúne os cargos de comando de todos os escalões. O encontro é realizado nos mesmos moldes do que costuma ocorrer às terças em Curitiba e é transmitido ao vivo pela Paraná Educativa, emissora pública reestruturada a partir de 2003 e que, pela parabólica ou pela tevê por assinatura, tem o sinal transmitido para todo o continente americano.

Ainda no primeiro dia à tarde, o governador e os secretários despacham com prefeitos da região e com chefes dos núcleos regionais dos órgãos estaduais. No dia seguinte (sexta-feira), o

FOTO SDA AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS



Orlando Pessuti, durante Programa de Descentralização do Governo do Paraná

governador e secretários percorrem os municípios da região e vistoriam obras em andamento, inauguram outras concluídas ou aprovam a liberação de recursos ou parcerias para iniciativas locais.

“A interiorização do governo historicamente sempre ocorreu. Em 1995, foi interrompida. Quando o ex-governador Roberto Requião e eu como vice assumimos em 2003 houve essa demanda pela volta dessa descentralização, que agora estamos conseguindo consolidar”, explica, nos eventos, o governador Orlando Pessuti. Ele assumiu o cargo em abril no lugar de Requião, que se desligou em obediência à legislação eleitoral.

### | Diálogo

Para o governador, é o momento em que o governo mantém com prefeitos, vereadores, representantes empresariais e da comunidade um diálogo importante para que as ações do Estado nos municípios tenham plena sequência. “A interiorização é a for-



A Secretária da Administração e da Previdência, Maria Marta Lunardon, durante abertura de uma das etapas do Encontro Paranaense de Servidores Públicos



A INTERIORIZAÇÃO É A FORMA MAIS DIRETA E FRANCA DE CONVERSARMOS COM A POPULAÇÃO, COM AS AUTORIDADES E LIDERANÇAS LOCAIS DA SOCIEDADE.



ma mais direta e franca de conversarmos com a população, com as autoridades e lideranças locais da sociedade”, afirma.

As lideranças regionais corroboram essa percepção. Primeiro anfitrião dessa retomada da descentralização do Governo do Paraná, o prefeito de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau, considera que a proximidade permitiu a prefeituras da região agilizarem com o Estado ações cotidianas, que beneficiam diretamente a população das cidades. A estrutura administrativa do Estado esteve no município nos dias 29 e 30 de abril.

“Essa ação une ainda mais os Campos Gerais (região da qual Ponta Grossa faz parte, formada por 28 municípios). É o momento para reivindicar em conjunto medidas para a melhoria da qualidade de vida na região e para destacar as obras e as conquistas dos últimos anos, como o Hospital Regional de Ponta Grossa, a parceria com a Sanepar na ampliação da rede de água e esgoto e com a Copel na troca de praticamente todas as lâmpadas da cidade de Ponta Grossa”, citou o prefeito.

Já o prefeito de Maringá, Sílvio Barros, aproveitou a transferência da capital para o município, nos dias 6 e 7 de maio, para solicitar ao governador ampliação do efetivo do Corpo de Bombeiros do aeroporto da cidade. Barros explicou que companhias aéreas têm interesse em aumentar o número de vôos no terminal aeroportuário. No entanto, por motivos de segurança, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e o Ministério da Defesa condicionam essa expansão à ampliação das equipes de bombeiros.


“Em audiência com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, recebemos a garantia de investimentos nos aeroportos do Paraná. Ele se comprometeu a liberar dois caminhões de bombeiros para Cascavel e Maringá”, disse o governador Orlando Pessuti no momento em que foi questionado.

“A interiorização torna mais ágil a discussão de reivindicações, a análise de projetos e a consolidação de parcerias”, confirmou o prefeito maringense.

## Presença de mais de 30 órgãos garante atendimento direto

Pelo menos 30 órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo participam da descentralização do Governo do Paraná. Além de Secretarias Estaduais, montam sala de atendimento às lideranças e autoridades locais, estaduais como Copel (energia elétrica), Sanepar (água e saneamento), Detran, Agência de Fomento e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE, constituído pelos Estados da Região Sul do Brasil, mais o Mato Grosso do Sul).

Durante toda a tarde do primeiro dia de presença da sede administrativa do Executivo no interior, as equipes recebem prefeitos, vereadores e secretários municipais. Conselheiros da região ligados às áreas de saúde, educação, infância, transportes etc. Também têm oportunidade de conversar, debater programas, avaliar mudanças, além de dar sugestões e tirar dúvidas.

Na sala destinada à Secretaria de Indústria e Comércio, por exemplo, o atendimento tem sido realizado em conjunto com a Agência de Fomento, para a apresentação de financiamento que incentiva a produção e a geração de empregos. “As linhas de crédito e os programas oferecidos para os empresários do Estado são essenciais para desenvolver a economia da região. Nosso objetivo é ajudar quem quer começar ou ampliar um negócio, seja de pequeno, médio ou grande porte. Programas como o Banco Social e o Probem (Bom Emprego, Pequena Empresa) oferecem empréstimos a custos muito abaixo do mercado e ajudam na geração de emprego e renda”, lembrou Murilo de Oliveira Schmitt, diretor-presidente da agência. 

### Série de encontros reúne servidores em 20 cidades

Paralelamente à descentralização da estrutura administrativa do Executivo estadual, o Governo do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (Seap), realiza até o final de junho o II Encontro Paranaense de Servidores Estaduais. O circuito vai percorrer 20 cidades – capital, interior e litoral – levando aos funcionários públicos dos órgãos estaduais palestras sobre a política de recursos humanos (sobretudo no que se refere à qualificação dos quadros) e sobre os desafios e oportunidades da capacitação continuada. Essa última palestra é ministrada pelo consultor Arthur Romão.

O II Encontro deverá mobilizar pelo menos 10 mil servidores estaduais. A abertura de cada uma das etapas tem sido feita pela Secretária Maria Marta Lunardon. “É a oportunidade que os servidores têm para refletir sobre suas atividades, seu papel, e trocar experiências com colegas de outras áreas. Enfim, ampliar o conhecimento em um todo”, destaca a secretária.

Mais detalhes podem ser conferidos no Portal do Servidor: [www.portaldoservidorpr.gov.br](http://www.portaldoservidorpr.gov.br).

### Confira as regiões a serem atendidas





PERNAMBUCO

# Servidor estadual terá centro de formação

Com nova unidade, governo espera capacitar e motivar servidores, melhorando a qualidade dos serviços prestados

Assessoria de Comunicação | SAD e IRH ■

A Secretaria Estadual de Administração (SAD) inaugurou em junho o Centro de Formação do Servidor Público do Estado de Pernambuco (Cefospe). Construído em parceria com o Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco (IRH), órgão vinculado à SAD, o Centro será um lugar específico para a qualificação do funcionalismo e terá capacidade para treinar 500 servidores por turno.

Valorizar o servidor público estadual é um dos dez objetivos estratégicos do Governo Eduardo Campos, o que passa pela maior motivação e capacitação. A ideia é que a estruturação interna do governo comece pelo reconhecimento do papel essencial do servidor para a qualidade da gestão e dos serviços prestados. Tudo isso está definido no Modelo de Gestão que orienta o planejamento e as ações governamentais.

Com o Centro de Formação, será possível centralizar os cursos ofertados no Programa de Capacitação e que eram realizados na Escola de Governo e no próprio IRH. “Pela primeira vez Pernambuco contará com um local estruturado para desenvolver o Programa de Capacitação do Servidor. Antes, os cursos aconteciam em diversos órgãos do Estado. Com o Centro, estamos profissionalizando a gestão”, explica o secretário estadual de Administração, José Francisco Cavalcanti Neto.

Com um investimento de R\$ 3,4 milhões, o Centro contará com 17 salas de aula, com capacidade para 30 alunos cada, e uma sala para 15 instrutores presenciais para educação à distância. Além disso, serão quatro laboratórios de informática com capacidade para 25 estações de trabalho cada, dois auditórios, um com

160 lugares e outro com 80 lugares; uma biblioteca; e estacionamento rotativo.

O secretário explica que todos os anos o IRH realiza um levantamento das necessidades de treinamento em todo o Estado. De acordo com a pesquisa, realizada com as gerências de Recursos Humanos, são promovidos cursos voltados para as mais diversas áreas de formação e atuação visando atender às necessidades de cada ambiente organizacional. Planejamento, legislação, orçamento, finanças,

comportamento organizacional e tecnologia da informação são alguns dos assuntos abordados. O objetivo é ampliar as oportunidades de qualificação para os servidores.

“Essa pesquisa é importante para saber como o servidor está sendo qualificado e como a capacitação melhora sua produtividade a fim de obter não apenas números, mas principalmente resultados”, avalia.

A interiorização da capacitação do servidor também vai ser uma das prioridades do Centro, principalmente com cursos de

PELA PRIMEIRA VEZ PERNAMBUCO  
CONTARÁ COM UM LOCAL ESTRUTURADO  
PARA DESENVOLVER O PROGRAMA DE  
CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR.




## | PERNAMBUCO

Educação à Distância - uma das novidades. “O ensino à distância representa um ganho para os servidores de todo o Estado. As tecnologias interativas vêm evidenciando, na educação, um intercâmbio maior de conhecimento. Vamos fazer uso dessas soluções em benefício do servidor e do aperfeiçoamento da administração pública”, ressalta o secretário.

### | Outras formas de capacitação beneficiam servidores

Além dos cursos de capacitação, outra política com foco na formação profissional dos servidores é a parceria com instituições de ensino, que beneficia mais de 2.500 servidores do Estado. A iniciativa tem o objetivo de incentivar os servidores a buscarem maior qualificação, já que, para o Estado, o aprendizado deve ser contínuo.

São mais de 30 instituições de ensino conveniadas que proporcionam aos servidores e aos seus dependentes oportunidades de capacitação nas mais variadas áreas. Entre as opções estão cursos de graduação, pós-graduação, MBA, línguas estrangeiras, informática, técnicos, preparatórios para concursos, preparação à magistratura e à carreira jurídica e até ensino médio. Há escolas conveniadas em toda Região Metropolitana do Recife e no interior e o objetivo é ampliar as cidades atendidas. 

ALEXANDRE DANTAS



Centro de Treinamento dos Servidores do Estado de Pernambuco



JOSÉ FRANCISCO CAVALCANTI NETO

## Governo audita acumulação de cargos

Um trabalho criterioso realizado pela Comissão de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções (CACEF), setor ligado à Secretaria Estadual de Administração, está permitindo ao Governo do Estado cobrir o acúmulo ilegal de cargos públicos. O recadastramento, realizado em 2008, envolveu servidores ativos, aposentados e pensionistas e permitiu identificar pagamentos indevidos e acumulações.

Os casos identificados pelo recadastramento são analisados pela comissão e, a partir daí, as convocações são feitas, por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Estado. As convocações determinam prazo para que os servidores compareçam à CACEF e regularizem sua situação, devendo apresentarem a documentação necessária com a declaração expedida



pelo órgão ao qual está vinculado com provando as funções desempenhadas e com patibilidade de horários. "A ausência do servidor no tempo estabelecido resulta no bloqueio do salário até que a regularização funcional seja realizada, estando ainda sujeito à abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades", explica o secretário José Francisco Cavalcanti Neto.

As denúncias de servidores com indícios de acumulações ilícitas são analisadas continuamente pela Secretaria através de análise detida de perfis extraídos do Sistema de Cadastro de Servidores do Estado (SADRH), com a emissão de pareceres, ofícios e com indicações a fim de verificar a real situação do servidor. O recadastramento permite analisar e julgar os

processos instaurados. Nos últimos quatro anos, a Secretaria de Administração realizou mais de mil convocações, julgando vários casos de acúmulo ilegais.

A comissão também costumava responder as consultas feitas pelos órgãos da administração direta e indireta e da esclarecimentos sobre a legalidade de situações que importam em acumulação. "A CACEF analisa de forma criteriosa todos os processos até que sejam constatados indícios de irregularidades no exercício de cargos, em pregos e funções públicas", explica o secretário, lembrando que a regra veda o acúmulo de vínculos públicos e as exceções estão previstas na Constituição Federal, no Art. 37, inciso XVI e § 10, além de outros dispositivos previstos no texto legal.



Estado poupa com novo plano de telefonia



PIAÚÍ

## Controle gera economia

Redução de gastos chega a 50% em algumas despesas. Passagens e combustíveis estão entre os que mais contribuíram

Por Geneida Santos | SEAD-PI ■

Desde 2003, o governo do Estado do Piauí acompanha gastos com passagens aéreas, telefones, diárias, combustíveis e outros de uso comum. O trabalho tem gerado resultados positivos. A comparação entre os meses de abril de 2009 e abril de 2010, aponta redução de gastos no valor de R\$ 5,3 milhões, o que corresponde a 29,92% do orçamento de custeio do Estado. Os elementos que mais contribuíram para essa diminuição foram passagens (46%), material de consumo (32,60%), combustível (38,49%) e consultoria (48,36%).

O acompanhamento dos gastos é feito pela Controladoria-Geral do Estado (CGE) trimestralmente através das informações contidas nos sistemas corporativos e as decisões relacionadas a despesas são tomadas pela Comissão de Gestão Financeira, composta por seis órgãos. Segundo o diretor da Unidade de Auditoria

da Controladoria-Geral, Walter Setúbal, os gastos com custeio dos órgãos eram de R\$ 14 milhões em 2007, passaram para R\$ 11 milhões em 2010 e a previsão é chegar a R\$ 8 milhões em 2010. “Cada vez mais estamos apertando o cinto para que a sociedade tenha mais investimentos”, afirma.

Walter Setúbal informa que a Comissão de Gestão Financeira toma as decisões para racionalização e contenção de gastos adotadas pelo governo do Estado do Piauí. São mudanças nos critérios de emissão de passagens aéreas, compra de combustíveis, locação de veículos e contratação de serviços de terceiros. Em alguns casos, o percentual de redução é de quase 50%.

Fazem parte da Comissão, as secretarias de Administração, Fazenda, Planejamento e de Governo, além da CGE e da Procuradoria



Geral do Estado. Cabe à Controladoria manter a qualidade dos gastos, informando a todos os gestores as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Este ano, a rigidez é maior por ser o último ano da atual administração”, lembra Setúbal. Não pode haver aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato nem ser contraída obrigação de despesas que não possa ser cumprida durante o mandato. Também está proibido realizar operação de crédito para antecipação de receita.

O início do acompanhamento pela CGE foi em 2005 com a implementação da auditoria de sorteio. A partir daí começou a análise de gastos dos órgãos estaduais. As informações são obtidas através dos sistemas corporativos, como SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios) que são ferramentas de gestão e que dispõem de todos os dados para a Controladoria fazer a análise. O diretor informa que existem outros sistemas que ajudam no trabalho como os de convênios. Em breve, o Estado também terá o



Gestão de frota gera economia com combustíveis

seu próprio Portal da Transparência ([www.portaldatransparencia.pi.gov.br](http://www.portaldatransparencia.pi.gov.br)), que está em fase de conclusão e entra no ar até o final do mês de maio.

A CGE é um órgão de assessoria do governo do Estado e dá as orientações de natureza legal e que devem ser acatadas pelos gestores e também fiscaliza se os mesmos estão cumprindo. Walter Setúbal esclarece que eles trabalham em parceria com outros órgãos, como as secretarias da Administração e Fazenda. A primeira controla frota de veículos, passagens aéreas, telefones e a segunda controla gastos com custeio e o processo da gestão orçamentária e financeira e o acompanhamento da gestão fiscal. “São nossos principais parceiros,” comenta o diretor da Unidade de Auditoria.

O secretário de Estado da Administração, Evaldo Ciríaco conta que antes o controle era descentralizado e os gestores tinham autonomia. Só a partir de 2003, no governo de Wellington Dias, começou a haver controle. Um dos primeiros itens observados foi a emissão de passagens aéreas. Após processo de licitação, os bilhetes passaram a ser emitidos por agências cadastradas e em sistema de rodízio. Com isso, o governo consegue preços menores, o que gera economia de até 50% por ano. A coordenação de passagens aéreas funciona na própria Administração e é responsável pela compra de todos os bilhetes de gestores e servidores estaduais que viajam a serviço do Estado.

Evaldo Ciríaco informa que o atual governador Wilson Martins determinou uma maior contenção nos gastos e em breve outros serão centralizados na Administração, como os de locação de veículos, vigilância e asseio e conservação. O órgão, além de passagens e telefones, agora centraliza o controle da folha de pagamento. O secretário conta que o principal aliado nesse trabalho é a tecnologia da informação que ajuda a identificar gastos extras. “Ainda há resistência de quem não é suscetível a controle, mas, em geral, temos apoio de outros órgãos. Quando se gasta bem, sobra para gastar em outra coisa,” conclui o secretário da Administração do Piauí.

## Estado aproveita oportunidades de redução de custos na telefonia

Responsável pelo controle de telefones móveis, o Secretário de Administração do Piauí, Evaldo Ciríaco, explica que o contrato do Estado não prevê custos entre as ligações feitas entre gestores e servidores que utilizam as linhas institucionais, pois funcionam através do sistema de ramal. Além disso, nas ligações entre linhas fixas que fazem parte do contrato, o custo é zero e os preços de ligações para a mesma operadora e para outras operadoras são reduzidos.

O gestor também indica quem usará as linhas e é atribuído um valor que não pode ser superior a R\$ 250,00 por mês. Tudo o que ultrapassar o limite deve ser pago pelo funcionário.

“Em breve, a redução com telefones aumentará, pois será feita a integração entre fixos e móveis. As ligações passarão a ter custo zero para o governo do Estado”, completa.







RIO DE  
JANEIRO

## Carreira de gestor público forma elite do funcionalismo

Preocupado com renovação do quadro de pessoal e com modernização da gestão, Estado do Rio de Janeiro cria carreira de gestor público

*Roberta Machado Vieira | Seplag-RJ* ■

Depois de um concurso muito disputado – com mais de cinco mil inscritos – e de um curso de formação, 51 gestores públicos, de uma turma inicial de 60, tomaram posse no dia 16 de abril, no Rio de Janeiro. Esta é a primeira turma de gestores do Estado. Os novos servidores fizeram um curso de 600 horas, ministrado por professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e

já estão trabalhando na secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, nos cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Analista de Planejamento e Orçamento.

O objetivo do secretário de Planejamento e Gestão, Sérgio Ruy Barbosa, é que até 2014 sejam empossados 500 gestores para trabalhar nas secretarias de Planejamento e Gestão, Saúde e Fazenda,



A turma de 51 gestores públicos tomou posse na SEPLAG-RJ e está trabalhando na Secretaria desde abril.

bem como no fundo de pensão do Estado, o Rioprevidência. Esse grupo formará uma elite do funcionalismo do Rio de Janeiro, preparada para gerenciar áreas fundamentais do Estado dentro das mais avançadas técnicas da gestão pública.

“Novas experiências têm sido realizadas pelos Estados para melhorar a qualidade dos gastos e dos produtos entregues à população. O objetivo é ajudar a construir uma máquina pública mais eficiente em termos de resultados, produtos, entregas e custos; e que tenha políticas públicas como fruto de um processo decisório, eficiente, organizado, baseado em dados, fatos, informações estruturadas, políticas claras e planejamento”, disse ele.

Na avaliação de Sérgio Ruy Barbosa, um requisito essencial para a gestão moderna e eficiente em processo decisório é um percentual elevado do staff gerencial constituído por pessoal de carreira, por servidores permanentes. O Estado do Rio nunca teve

servidores de perfil eminentemente gerencial, mas o atual governo criou cinco carreiras. São elas: Especialista em Políticas Públicas

e Gestão Governamental, Analista de Planejamento e Orçamento, Analista de Finanças Públicas, Especialista em Gestão de Saúde e Especialista em Previdência Pública.

Um novo concurso para mais 120 Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Analistas de Planejamento e Orçamento já está em desenvolvimento pela Seplag. Outros 35 Especialistas em Previdência Pública já foram aprovados e vão tomar posse no Rioprevidência. Além disso, em breve serão abertas 40 vagas para Especialistas em Gestão de Saúde.

“Esperamos que esses gestores ocupem, no futuro, parte dos cargos de elite do Estado, como secretários, subsecretários, chefes de gabinete, assessores, entre outros, garantindo que as boas práticas perdurem”, afirmou Sérgio Ruy Barbosa.

O OBJETIVO É AJUDAR A CONSTRUIR  
UMA MÁQUINA PÚBLICA MAIS  
EFICIENTE EM TERMOS DE  
RESULTADOS, PRODUTOS,  
ENTREGAS E CUSTOS.





O secretário Sérgio Ruy Barbosa, a procuradora geral do Estado Lucia Léa Guimarães Tavares e o subsecretário de Gestão de Recursos Humanos da SEPLAG-RJ, Luiz Carlos Capella, em posse dos concursados

A primeira turma do concurso da Seplag é heterogênea e composta em grande parte por jovens. Juciara Diniz, primeira colocada, tem 34 anos e está lotada na Subsecretaria de Planejamento da Seplag. Ela se formou no Instituto de Economia da Unicamp e tem mestrado em Economia pela PUC-SP. Durante seis anos, trabalhou como consultora em Políticas Públicas no Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, em São Paulo. Para ela, a inserção do gestor visa dar suporte ao comando político, assegurar a continuidade administrativa e aperfeiçoar as práticas gerenciais. “O que nos move é o ideal de participar da construção de um Estado mais justo e efetivo, transparente, eficiente e sensível às demandas sociais; um Estado que amplie o espaço de participação da sociedade civil”, afirmou.

Outro gestor recém-empenhado, Roberto Loureiro, 27 anos, também lotado na subsecretaria de Planejamento, teve uma im-

pressão positiva logo que começou a trabalhar no Estado. “A receptividade dos funcionários mais antigos da casa foi cordial e franca. Estamos encontrando espaço para propor novas idéias”, disse ele, que é economista formado pelo Instituto de Economia da UFRJ e mestrando do Programa de Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento, também da UFRJ. Roberto, que antes trabalhava como secretário-adjunto de Gestão e Monitoramento da Prefeitura de Nova Iguaçu (RJ), espera nessa nova função poder influenciar na tomada de decisão dos ocupantes de altos cargos do Executivo estadual.

Também integrante da primeira turma, Carlos Leandro dos Santos, 32 anos, lotado na subsecretaria de Orçamento, tem mestrado em finanças e já ocupou cargos de gerente executivo do Banco do Brasil e analista judiciário da Justiça Federal. É profes-




sor de Administração Pública e Direito Administrativo em cursos de pós-graduação e em preparatórios para concursos públicos. “Como Gestor Público, vejo a proposta de melhoria da gestão pública do atual governo como uma iniciativa sem precedentes e, em minhas funções, pretendo aprender cada vez mais e somar conhecimentos, atitudes e habilidades, de forma a contribuir para o sucesso da proposta”.

Já a gestora Letícia Vinhas, 33 anos, lotada no PNAGE, disse ter a expectativa de ver a “engrenagem do Estado”. Desde 2004, Letícia trabalhava como fotógrafa da Fundação de Artes de Niterói (RJ) e professora de Foto e Vídeo da Universidade Salgado de Oliveira, naquele município, e desde 2005 estuda para concursos. Especializou-se em Fotografia após concluir o curso de Comunicação Social na Universidade de São Paulo (USP) e o Mestrado em Ciência da Arte na Universidade Federal Fluminense (UFF).

A sua contribuição no apoio à modernização da gestão e do planejamento tem sido preparar o diagnóstico das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que poderão contribuir ou prejudicar a segunda fase do PNAGE. “Espero, junto com os colegas gestores, detectar as deficiências do Estado, elaborar um planejamento

de longo prazo para saná-las e obter resultados satisfatórios, fazendo uma integração entre as distintas áreas da Administração Pública”, disse.

Como o primeiro, o próximo concurso dos gestores será realizado em duas etapas: uma com provas objetivas, discursivas e de títulos; e outra com um curso de formação e práticas supervisionadas realizadas na própria Seplag. No primeiro concurso foram 5.049 candidatos inscritos e 133 aprovados para 60 vagas. Destes, 51 concluíram o curso de formação e já tomaram posse nos cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e Analista de Planejamento e Orçamento (APO). As provas do próximo concurso devem ser realizadas em agosto.

O vencimento base para os cargos é de R\$ 4.200, acrescido da Gratificação de Desempenho de Atividade (GDA) no valor de R\$ 882 e mais Adicional de Qualificação – R\$ 840 para doutorado, R\$ 420 para mestrado e R\$ 210 para pós-graduação. A carga é de 40 horas semanais. Assim, a remuneração global inicial para ambos os cargos vai variar de R\$ 5.082 a R\$ 5.922 mensais. O servidor, ao longo da carreira, poderá alcançar progressão funcional e promoções, mediante reconhecimento do mérito, elevando essa remuneração para cerca de R\$ 12 mil mensais, em valores de hoje. 



VEJO A PROPOSTA DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA DO ATUAL GOVERNO COMO UMA INICIATIVA SEM PRECEDENTES.



Luciana Diniz foi a primeira colocada da turma de gestores



O secretário Sérgio Ruy Barbosa e a procuradora geral do Estado do Rio de Janeiro, Lucia Léa Guimarães Tavares



O SERVIDOR, AO LONGO DA CARREIRA, PODERÁ ALCANÇAR PROGRESSÃO FUNCIONAL E PROMOÇÕES.



# AS RESPONSABILIDADES DO ESTADO E A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

*\*Eduardo de Oliveira Santos e \*\*Haroldo Fernandes da Silva ■*

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na saúde suplementar garante estratégia que fortalece a integração e a qualificação da atenção à saúde por intermédio de ações que ampliem a cobertura dos serviços de assistência sem explosão dos custos que, invariavelmente, se tornaram importantes no orçamento do cidadão brasileiro. Medidas recentes da Agência Nacional de Saúde (ANS), além de organizarem os atores que atuam no setor, apontam para modelo preventivo de produção de atenção à saúde em substituição aos ultrapassados modelos biomédicos e curativos.

De acordo com os dados da PNAD 2008 (IBGE), três em cada dez brasileiros sofrem algum tipo de doença crônica, o que corresponde a 59,5 milhões de pessoas em todo o país. Estudos americanos indicaram economia de US\$24 bilhões em 2008 sómente com as restrições ao fumo nos EUA, estima-se igual economia com um programa de redução do uso do sal na alimentação. Essas notícias sugerem reflexão sobre vida saudável e economia de recursos importantes.

Nessa perspectiva, considerando a extrema complexidade e os enormes desafios que requerem respostas organizacionais e soluções técnicas inovadoras, a estratégia da ANS tem sido de orientar o funcionamento do sistema da saúde suplementar visando eficiência no uso dos recursos, numa lógica orientada à contínua melhoria da qualidade da atenção.

## | Pensando a saúde do servidor público

Mesmo quando não disponibilizam planos de saúde para os empregados as empresas estão obrigadas aos ritos normativos de atenção à saúde ocupacional previstos nas instruções NR-07 e NR-09 do Ministério do Trabalho e Emprego. Essas normas regem a perícia médica, os exames médicos (admissionais, periódicos, demissionais, entre outros) e as características ambientais laborativas no que tange a ocorrência de agentes físicos, químicos e biológicos deletérios. Com Decreto Federal nº 6.856/09 torna-se obrigatória a realização permanente de exames periódicos como forma de

gerenciamento e preservação da saúde de servidores em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais. A regra outorga mais responsabilidade aos órgãos públicos com requisitos de saúde do servidor e de seu ambiente laboral de certa forma, estes procedimentos estão sintonizados com as propostas de modernização institucional do país. Numa visão moderna de governança, esta posição gestora de saúde vem em boa hora, mesmo que estejamos falando apenas de saúde no trabalho,

que em última instância pode trazer benefícios ao estoque de saúde do servidor.

Na medida em que crescem os gastos das famílias brasileiras, cresce de importância a equação econômica da saúde no país. O mapa de investimentos em saúde feito no início de 2007 apontava desembolso anual da ordem de R\$ 161 bilhões.

Surpreendentemente, desse total, cerca de R\$ 83 bilhões (52%) tinham como fontes de recursos as famílias e empresas brasileiras.

Boa parte das empresas brasileiras contribui para planos ou seguros de saúde de seus funcionários, já as Administrações Públicas Estaduais e Municipais, mesmo dispondo de redes próprias de hospitais de atendimento, têm encontrado inúmeras dificuldades para arcar com a universalidade dos custos da saúde de seus servidores com equidade e eficácia nos termos do Art. 186 da Constituição Federal.

Além da dimensão humana da questão, a preocupação com a saúde dos servidores públicos, tem seus desdobramentos administrativos e financeiros. Estudos desenvolvidos a partir da base de dados do sistema de recursos humanos no Estado do Rio de Janeiro apontam crescente envelhecimento de seus quadros, com um absenteísmo da ordem de R\$ 11 milhões mensais, já no Distrito Federal o absenteísmo médio em 2007 era de 4%, dos 118 mil servidores, na Secretaria de educação as ausências chegavam a 6,7%. Pelos cálculos do grupo de trabalho em saúde ocupacional do CONSAD a situação não é muito diferente nos outros Estados brasileiros.

“  
A PREOCUPAÇÃO COM A SAÚDE DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS TEM SEUS  
DESDOBRAMENTOS ADMINISTRATIVOS  
E FINANCEIROS.  
”

## | ANS fomenta estruturação dos planos coletivos

A fim de promover mudanças na direção de um novo modelo de atenção à saúde, a ANS vem formulando políticas de regulação indutoras, como o Programa de Qualificação da Saúde Suplementar e o Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças. Nesta nova perspectiva regulatória, pretende-se uma mudança no papel dos atores da saúde suplementar, na qual as operadoras de planos privados de saúde tornem-se gestoras de saúde; os prestadores de serviços, produtores de cuidado; os beneficiários, usuários com consciência sanitária e autonomia.

Na tentativa de minimizar os conflitos e dificuldades na condução dos planos coletivos, a ANS publicou as Resoluções Normativas nºs. 195/09 e 196/09, criando a figura das Administradoras de Benefícios de Saúde, disciplinando o funcionamento dos planos coletivos de saúde suplementar.

A nova regulamentação, ao organizar os planos coletivos, ao mesmo tempo em que profissionaliza a relação, exigindo expertise no gerenciamento das carteiras coletivas de saúde, permite que os sindicatos e associações utilizem as Administradoras de Benefícios que passam a se configurar como estipulantes dos planos, com a responsabilidade institucional de adequar os modelos a serem ofertados e gerir de forma transparente sua utilização.

O que vinha ocorrendo em muitos setores sindicais é que a economia de escala que permitia a oferta de planos de saúde a custos mais baixos para os seus associados, com o passar

do tempo, perdia a atratividade na medida em que, quase sempre, as organizações sociais não possuíam conhecimentos médicos nem dispunham de conjunto de recursos tecnológicos necessários para acompanhamento da utilização dos planos, por isso as negociações de aumento de custos se baseava em dados fornecidos pela própria operadora do plano.

O efeito dessa equação é que em poucos anos o ganho de escala inicial era corroído pela curva dos custos da carteira coletiva sem controle. Pela nova regulamentação da ANS o papel da Administradora de Benefícios compreende, como estipulante do plano:

- Classificar o perfil etário e epidemiológico do corpo de servidores
- Escolher no mercado planos de saúde adequados para cada grupo
- Negociar preços, coberturas e rede prestadora
- Acompanhar mensalmente os gastos e elaborar relatórios dinâmicos

Empresários e administradores têm considerado grande vantagem a facilidade inserida pelas Resoluções Normativas 195 e 196 da ANS, por conferirem responsabilidade ao tema saúde coletiva nas organizações mas, principalmente pela faculdade concedida às empresas ou aos próprios órgãos de governo de firmar diretamente um convênio ou contratar sem ônus uma Administradora registrada na ANS para estipular e gerir planos “mais em conta” para seus funcionários ou servidores.

### Vantagens para a administração

Utilizar sua força política em benefício do servidor

Reduzir um erro de intermediação e melhorar a gestão

Formando perfil epidemiológico do servidor

Prevenir doenças e promover ações diretas

Promover o bem-estar em seus quadros

### Vantagens para o servidor

Apoiar a estrutura institucional para reduzir preços dos planos

Possibilitar prevenção a doenças e garantir sigilo

Criar protocolos para melhorar a qualidade de vida

Realizar exames possíveis, agendados nos hospitais públicos

Estimular cuidados com a saúde

\*EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS | Médico, UFRJ, especialista em Higiene e Segurança do Trabalho pela UERJ, Especialista em Gastroenterologia pela UFRJ; Pós-graduado em Gestão Hospitalar pela FIOCRUZ/ENSP; Membro da Associação Brasileira de Medicina do Trabalho (ABMT); ex-Diretor do Serviço de Saúde Ocupacional do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia do Ministério da Saúde; Superintendente de Perícia Médica e Saúde Ocupacional da Secretaria de Saúde e Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro.

\*\*HAROLDO FERNANDES DA SILVA | Economista, Contador, MBA-COPEAD-UFRJ, Esp. em Saúde Suplementar, UERJ - Ex-professor da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ - Professor da Escola Nacional de Seguros, FUNENSEG; Diretor do Instituto de Gestão Setorial-Assessoria da Agência Nacional de Saúde - Coordenador do Programa de Modernização e Reforma do Estado do Governo Federal - Contador Geral da Cia. Siderúrgica Nacional - Assessor Especial do Subsecretário de Gestão de Recursos Humanos do Estado do Rio de Janeiro.



# Empréstimo Pessoal Consignado<sup>1</sup>

## Exclusivo para Servidores Públicos

- ★ Uma das melhores taxas<sup>2</sup> de juros
- ★ Prazos<sup>2</sup> super facilitados
- ★ Sem consulta ao SPC/SERASA
- ★ Não precisa de fiador
- ★ Desconto na folha de pagamento
- ★ Refinanciamos<sup>2</sup> seu empréstimo
- ★ É só apresentar RG, CPF, comprovante de residência e contracheque.

**Ligue:**

**0800 704 7405**

ou procure um dos nossos Correspondentes

★ ★ CRED  
★ ★ FÁCIL  
★ ★ SERVIDOR  
Você com valor.



**Banco  
Cruzeiro  
do Sul**

(1) Crédito sujeito à aprovação. Consulte as condições do seu convênio e o Custo Efetivo total previamente a contratação do empréstimo. (2) Consulte as condições operacionais do seu convênio.



RIO GRANDE  
DO NORTE

# O Estado orientado para resultados

4º Congresso de Gestão Pública do RN  
reúne mais de 2 mil pessoas

Assessoria de Comunicação | SEARH-RN ■



Autoridades abrem o Congresso

Servidores, gestores, estudantes, pesquisadores e especialistas se reuniram durante três dias para discutir os novos caminhos da administração pública, novas ferramentas de aprimoramento e premissas para o desenvolvimento de um serviço público eficaz e eficiente. O objetivo final é atender ao cidadão com presteza e agilidade, para promover uma efetiva prestação de serviços à população e para o desenvolvimento da região.

Promovido pela Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos do RN, através da Escola de Governo, em parceria com o Conselho Regional de Administração (CRA), o 4º Congesp foi considerado um sucesso.

Em seu discurso de abertura o Secretário de Administração, Paulo César Medeiros, enfatizou a importância de espaços como

o Congresso para que os servidores públicos possam discutir e renovar a gestão pública. “Seremos nós, todos os servidores públicos, comprometidos, qualificados e conscientes de sermos servidores do povo, que em uma perseverante ação conjunta haveremos de construir uma nova administração pública”, declarou Paulo César Medeiros.

A abertura do evento contou com a participação de autoridades de diversas instituições, dentre eles a então governadora Wilma de Faria; o Secretário da Administração, Paulo César Medeiros; a presidente do Conselho Regional de Administração, Ione Macedo Salem; o reitor da UFRN, José Ivonildo do Rêgo; a presidente do Tribunal de Contas do Estado, Maria Adélia Sales; o reitor da Uern, Milton Marques de Medeiros; o educador corporativo do Banco do

## RIO GRANDE DO NORTE

Brasil, Antônio Carlos Servo; o superintendente do Sebrae/RN, José Ferreira de Melo Neto; superintendente da FIERN, Fernando Antônio Bezerra.

Em seu discurso, Paulo César Medeiros enumerou as várias ações realizadas pela Escola de Governo para melhorar a capacitação dos servidores, como graduações, pós-graduações, ciclos de palestras, cursos presenciais e a distância.

“E apesar de todo esse esforço, ainda existe um longo caminho a percorrer. Antes de qualquer coisa, o Estado brasileiro precisa de líderes. Líderes na média gestão, capazes de promover um salto de qualidade na administração pública; líderes capazes de estarem conectados com as demandas da sociedade; líderes cujas ações estejam orientadas para os resultados”, ressaltou o secretário.

O titular da Administração norte-rio-grandense enfatizou ainda a necessidade de se rever o atual gerenciamento público. “Precisamos de um Estado flexível, porque a burocracia, do jeito como a conhecemos, há muito não responde às demandas sociais. Infelizmente os carimbos e os despachos não têm o condão de prestar os serviços nos locais mais remotos do nosso Estado ou de melhorar os centros maiores. De alguma forma, precisamos recriar a administração pública ou melhor resignificar a idéia de República”, disse o secretário.

### Amyr Klink fala sobre planejamento, risco e gestão

A presidente do Conselho Regional de Administração do RN, Ione Salem, destacou a importância do evento para a mudança do quadro geral atualmente encontrado no serviço público estadual.

“Sinto um imenso prazer por vivenciar esse momento. Com auditório lotado, visualizo claramente uma mudança na postura do servidor do nosso Estado e de outros Estados que estão aqui presentes. A mudança no nosso país começa assim: com o servidor que quer fazer cada vez melhor o que faz e, por isso, vem em busca de renovar ou ampliar os seus conhecimentos. O Congesp se consagra como um grande sucesso, porque esse evento consegue alinhar desejo e realidade. Desejo de renovação e capacitação com a realidade de fazer com que o próprio servidor público busque essa mudança”, disse.

Ainda durante a cerimônia de abertura do 4º Congesp, o assessor técnico do gabinete da Secretaria Estadual da Administração e dos Recursos Humanos, professor, psicólogo e administrador Júlio Rezende, foi homenageado com o prêmio Belmiro Siqueira, entregue pela governadora Wilma de Faria e pela presidente do CRA-RN, Ione Salem, em nome do Conselho Federal de Administração. Júlio Rezende foi premiado pela publicação do livro “Matrix e a Administração Transpessoal”, considerado pela entidade o melhor livro na área de Administração no ano de 2009.



Governadora Wilma de Faria entrega prêmio Belmiro Siqueira

O primeiro dia de Congesp contou ainda com a conferência de abertura do Dr. Fernando Abrúcio, que tratou do tema “Gestão Pública Brasileira no século XXI: principais desafios” e com o lançamento do livro “Construindo uma Nova Gestão Pública”, organizado por Paulo César Medeiros e Evelyn Levy.

Nos dias seguintes, os participantes do 4º CONGESP se dividiram por palestras e painéis com enfoque diversos, tais como Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação e Comunicações, Compras Governamentais, Gestão Setorial e ainda, um espaço para debater a Comunicação Científica.

A conferência de encerramento foi conduzida pelo administrador e navegador Amyr Klink, que tratou do tema “Planejamento, Riscos e Gestão: construindo um projeto de sucesso”, no qual fez relatos de sua experiência de vida profissional e empresarial. Na solenidade de encerramento, ainda esteve presente o então vice e atual governador do Estado, Iberê Ferreira de Souza, que ressaltou a importância do evento, que visa à troca de experiências na área da gestão pública em prol de resultados.

“Fiquei impressionado pela quantidade de pessoas presentes. Mais de duas mil pessoas e mais de cem municípios do Rio Grande do Norte representados, numa demonstração do interesse dos servidores, dos nossos gestores em ter uma administração séria e planejada. Isso nos dá a certeza de que estamos no caminho certo. Porque nós não podemos pensar em desenvolvimento, em progresso, se não pensarmos, sobretudo, na gestão de recursos humanos. É fundamental. Não existe bom administrador se nós não tivermos uma administração moderna, democrática e transparente”, afirmou Iberê Ferreira de Souza em seu discurso.

As palestras, painéis e outros registros do 4º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte podem ser acessados na página do evento: [www.searh.rn.gov.br/congesp](http://www.searh.rn.gov.br/congesp). 📄



# Accenture. Orgulho de fazer parte do desenvolvimento de um país que não para de crescer.

A Accenture vem ajudando a administração pública, direta e indireta, no Brasil e no mundo a aumentar a performance em diversos segmentos de atuação através de inovação e da execução de projetos de modernização em várias áreas. É o caso dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e do BNDES. Temos muito orgulho de trabalhar lado a lado de órgãos públicos para o desenvolvimento do Brasil e alavancar nossa experiência nesse setor em mais de 100 países. Uma verdadeira aliança em que todos ganham.



RIO GRANDE  
DO SUL

# Arquivo Público moderniza gestão de informações

Governo gaúcho firma parceria para garantir  
a preservação da memória do Estado

Assessoria de Comunicação | SARH-RS ■

Como parte do projeto de modernização do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers), a Secretaria Estadual de Administração e dos Recursos Humanos firmou parcerias com a Prefeitura de Porto Alegre e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para aprimorar a gestão de informações da instituição.

Em evento de comemoração pelos 104 anos do Arquivo Público, no último dia 5 de abril, a governadora Yeda Crusius assinou os documentos do acordo e nomeou os membros dos comitês do Sistema de Arquivos do RS (Siarq/RS). O secretário da Administração e dos Recursos Humanos, Elói Guimarães, ressaltou a importância deste tipo de parceria para a instituição. “Os termos assinados são de extrema importância para assegurar eficiência, racionalização administrativa e economia de recursos no gerenciamento dos serviços e atividades referentes à informação pública”, disse.

O convênio firmado com a Prefeitura de Porto Alegre busca implantar uma política de gestão documental no município, considerando o interesse comum na preservação do patrimônio arquivístico público do Estado do RS. Na parceria com a UFRGS, o objetivo é fomentar ações na área de História e de Educação Patrimonial, viabilizando estágios para alunos. “No Arquivo Público nossos alunos acumulam experiências como pesquisadores da História. É uma instituição respeitável que permitirá que realizemos trabalhos, também,




Governadora Yeda Crusius (em pé), acompanhada do secretário Elói Guimarães e outras autoridades, firmam a parceria para a modernização do Arquivo Público

para as ações de extensão”, afirma a coordenadora do Núcleo de Pesquisa de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Carla Simone Rodeghero.

Além das melhorias na gestão da informação, a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos oferece duas oficinas de educação patrimonial no Arquivo Público. O público-alvo são alunos e educadores das diversas redes de ensino de todo o Estado.

As oficinas oferecidas inserem-se no projeto Ação Educativa, que envolve outras atividades com a comunidade. Uma delas é desenvolvida desde o primeiro semestre de 2009 e denomina-se “Os Tesouros da Família Arquivo”. Voltada às turmas de 5ª e 6ª

séries do ensino fundamental, discute a educação para o patrimônio a partir do tema escravidão. A outra começou a ser oferecida este ano e se chama “Desvendando o Arquivo Público: historiador por um dia”. Destinada às turmas de 7ª e 8ª séries do ensino fundamental, trata da educação patrimonial a partir da simulação do trabalho de um historiador dentro do Arquivo. Ambas as oficinas foram pensadas e produzidas pedagogicamente a partir da documentação arquivística que faz parte do acervo do Apers, e em ambos os casos discute-se a importância da preservação das diversas formas de patrimônio para que seja possível preservar a memória, a história e a cultura de cada comunidade, estado ou país. 



### Sistema de Arquivos do RS: como funciona

Criado em 1989, o Sistema de Arquivos do RS (Siarq/RS) está sendo reorganizado. É por meio dele que se desenvolve a Política de Gestão Documental do RS, e as alterações estão publicadas no decreto 47.022 deste ano. Um Comitê Deliberativo formado pelo Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos, que o preside, e os secretários da Fazenda, do Planejamento e da Gestão e da Cultura, terá a competência de definir suas diretrizes. Os demais órgãos da nova estrutura devem desenvolver ações para subsidiar o Comitê Deliberativo.

Em 2008, foi publicada Instrução Normativa que trata do Plano de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), única para a Administração Direta do Estado. Além de padronizar a classificação em todos os órgãos, uma das grandes vantagens desses dois instrumentos é que permitem visualizar toda a produção documental partindo do nascedouro. A TTD trará com o resultado a redução da massa documental, a diminuição do espaço físico utilizado pelos documentos e a preservação da documentação de valor histórico, assim como a agilidade na localização da informação. Os dois instrumentos estão sendo implantados em toda a Administração Direta.





SANTA  
CATARINA

## Estado poupa 31% com novo sistema

Com capacidade para realizar diversas modalidades de licitações, ferramenta foi usada em 732 pregões nos últimos 12 meses

*Assessoria de Comunicação | SEA-SC* ■

A nova ferramenta de compras eletrônicas implementada pela Secretaria de Estado de Administração (SEA) – está se mostrando bastante eficaz. Chamada de Sistema Integrado de Licitações (SIL), a ferramenta, além de agilizar procedimentos e assegurar transparência, gera economia nas compras efetuadas pelo Estado. Foram gastos R\$ 37,7 milhões a menos – equivalente a 31% do estimado – nos 732 pregões realizados nos últimos 12 meses.

Responsável pela gestão do SIL, a Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços (DGMS) explica que o sistema informatizado foi de-

senhado não só para permitir a realização das diversas modalidades de licitações para a compra de materiais- convite, tomada de preço, concorrência, pregão presencial e eletrônico -, mas também para permitir a comunicação nas várias etapas do processo.

O sistema atua de forma integrada com o cadastro de materiais, o cadastro de fornecedores, o orçamento do Estado e o controle de estoque e é utilizado por todos os órgãos integrantes do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços do Estado de Santa Catarina.

“De um valor estimado em R\$ 120, 4 milhões, chegamos a R\$ 82,6 milhões, o que é bem significativo em termos de economia”, comenta o diretor da DGMS, Alexandre Tonini.

Trata-se de um sistema abrangente, que cobre todas as áreas indispensáveis ao cumprimento completo do processo de aquisição. Administra a requisição de compras, a montagem do processo licitatório, a geração de dados para o edital, autorização e bloqueio orçamentário, o aviso de licitação, a migração de informações para o Portal de Compras, e a realização das licitações.

O SIL controla ainda o recebimento de propostas, acompanha o processo de habilitação e qualificação, faz os registros das propostas, dos preços e da homologação e gera a autorização de fornecimento.

“Como se pode perceber, o SIL oferece uma série de diferenciais indispensáveis quando se busca um projeto de compras ágil e transparente”, diz Tonini. “Padronização dos processos licitatórios, consistência nas informações e gerenciamento efetivo do processo, por meio de consultas a todas as fases e atos gerados, são alguns deles, além da garantia de recursos financeiros para pagamento dos fornecedores”, cita.



Secretário da Administração de Santa Catarina, Paulo Eli

## | Transparência no portal de compras


A possibilidade de encontrar informações no endereço [www.portaldecompras.sc.gov.br](http://www.portaldecompras.sc.gov.br) também favorece a transparência e gera mais oportunidades para os fornecedores. Este é o ambiente web do Governo do Estado, no qual são encontrados todos os editais, acessos aos sistemas de modalidades eletrônicas e presenciais, legislação pertinente a compras e contratações, cadastramento, informações estatísticas das licitações realizadas nos diferentes órgãos do Estado e demais assuntos de interesse dos fornecedores.

Sua utilização propicia inúmeras vantagens, como a possibilidade de consulta dos processos e editais via web, a publicidade das informações e o aumento do número de fornecedores participantes. Maior transparência para a administração pública,

agilidade e controle unificado dos processos licitatórios acabam sendo consequências.

É graças ao cadastro de fornecedores on-line e a entrega de certidões descentralizadas que o Estado consegue aumentar o número de fornecedores, ampliando também a disputa nos processos licitatórios. “Com isso, o Estado obtém melhores preços e economiza nas aquisições”, sintetiza Alexandre Tonini.

Agilidade, transparência, economia – três conceitos básicos e interligados dos modernos processos de gestão – são premissas seguidas à risca desde o início do atual governo pela Secretaria da Administração de Santa Catarina (SEA), a quem compete a normatização, supervisão, orientação e formulação de políticas de licitações e contratos de materiais e serviços, estocagem e logística.

“Dotar a administração de instrumentos atuais de gestão requer um esforço ininterrupto e investimentos permanente na modernização dos procedimentos operacionais e gerenciais. É por isso que a SEA elegeu como prioridade o desenvolvimento de sistemas informatizados e integrados para uso de todos os órgãos e entidades do governo estadual”, resume o Secretário da Administração, Paulo Eli. 

## Descentralização administrativa exige atenção

Caracterizado pela administração descentralizada – subdividida em 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), o Estado de Santa Catarina impõe desafios diferenciados para a Secretaria de Administração (SEA).

Sistemas como o o SIL, o Cadastro Central de Materiais e o Cadastro Geral de Fornecedoros, utilizados como suporte à operacionalização da gestão de materiais no Estado – foram desenvolvidos como resposta aos desafios apresentados pelo governador Luiz Henrique da Silva.

Em 2003, logo no início do seu primeiro mandato, o governador instituiu a política de descentralização administrativa – aprimorada e ampliada ao longo dos anos e integralmente conservada pelo governante atual, Leonel Pavan. Coube à SEA se empenhar para fortalecer a gestão regionalizada.

Para o Secretário da Administração, Paulo Eli, a desconcentração da realização de processos de licitação para os órgãos e entidades descentralizados tem sido uma das formas adotadas para favorecer o desenvolvimento econômico das regiões. “Além de o processo possibilitar melhores preços, quando as contratações se dão no âmbito local, também geram riqueza e empregos nas regiões”, destaca o secretário.

## SC utiliza modelo de aquisições conjuntas para reduzir preços

Para garantir a efetividade do processo, a SEA realiza um trabalho constante de orientação, acompanhamento, assessoria e supervisão das ações das secretarias centrais e regionais, das seccionais e das unidades administrativas descentralizadas. “Trata-se de um processo integrado, harmônico e permanente de acompanhamento. Queremos aperfeiçoar, cada vez mais, uma política que se revelou eficiente e é hoje irreversível”, afirma Paulo Eli.

Em paralelo, a Secretaria da Administração tem realizado aquisições de forma articulada entre os órgãos e entidades, para assim, alcançar maior eficácia, economia e agilidade em aquisições de itens em comum. “O Estado, como um todo, se constitui no que podem os chamar de um cliente gigantesco. Ganha, portanto, poder de pressão e de barganha sobre os fornecedores, no que se refere à obtenção de melhores preços e condições, bem superior ao de um órgão ou uma Secretaria que fosse realizar suas compras isoladamente”, exemplifica o secretário.



SÃO PAULO

# Choque de gestão que dá certo

Pela primeira vez em anos, lamspe investe recursos próprios na compra de equipamentos

*Comunicação lamspe | SGP ■*



O feto de exam espessou de 16,2 m il/mês, em 2006, para 30 m il/mês este ano

Ao fazer um choque de gestão para atender as metas acordadas com a Secretaria de Gestão Pública e receber R\$ 250 milhões do Tesouro do Estado para investimentos no período de 2008 a 2010, o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (lamspe) inovou a forma de administração pública. Com o apoio da Secretaria de Gestão Pública, reduziu a zero, ainda em 2008, um

prejuízo estimado em R\$ 25 milhões no orçamento da instituição. Essa foi a primeira medida. O passo seguinte foi focar na prestação de serviços: melhorar a qualidade sem inflar os custos.

O lamspe passou a oferecer atendimento local em 191 municípios contra 109 em fevereiro de 2008, beneficiando 87% da população atendida em seu município de residência contra o percen-



tual de 56% em 2006. Até o final do ano, o lamspe deve oferecer atendimento médico aos servidores em 198 cidades, cumprindo as metas fixadas no Acordo de Resultados.

As modernas práticas de gestão introduzidas pelo Programa de Modernização do lamspe (PMI) também reduziram desperdícios. Só na compra de medicamentos no primeiro ano, foram economizados R\$ 8,7 milhões, sem prejuízo da quantidade ou qualidade.

Em 2009, o orçamento apontou um ganho de produtividade de 3%. Pela primeira vez em anos, o lamspe conseguiu investir, com recursos próprios, R\$ 20 milhões na compra de equipamentos para modernizar o Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE). As compras incluíram um acelerador linear de última geração para tratamento de câncer, equipamento disponível em poucos hospitais do Estado, a maioria deles particular.

A revisão de métodos de trabalho aumentou a produtividade dos médicos no HSPE. A oferta de consultas passou de 60 mil/mês para 97 mil/mês, sem contar os atendimentos feitos hoje por mais de 230 médicos credenciados só na cidade de São Paulo. Já a reforma feita na área do ambulatório trouxe mais conforto ao usuário. Um novo sistema de senhas disciplinou o atendimento e acabou com as filas. O pronto-socorro também passou por obras.

O investimento de R\$ 7 milhões na compra de próteses e a realização de cirurgias, inclusive aos sábados, acabou com uma fila de 1.400 pessoas que esperavam, há até quatro anos, por uma cirurgia ortopédica. A chegada de equipamentos de última geração no Serviço de Radiologia colocou um fim na espera para realização de exames como tomografia computadorizada e ressonância magnética.

Hoje, todos os exames de imagem são realizados dentro do HSPE. A oferta de exames passou de 16,2 mil/mês, em 2006, para 30 mil/mês este ano. Ao contrário de 2008, quando mais de 800 pessoas aguardavam até seis meses para fazer uma tomografia, hoje não há mais filas.

Para atender ao aumento da demanda por novos serviços, mais de 490 aprovados em concursos realizados no ano passado foram contratados para trabalhar no HSPE. Foram preenchidas vagas de assistente social, farmacêutico, fonoaudiólogo, médicos, auxiliares de enfermagem e enfermeiros.

No Interior, a implantação de um novo modelo de assistência, mais descentralizado, resultou numa rede com mais de 1.800 médicos credenciados que atendem os servidores e seus familiares em consultórios e clínicas particulares, sem burocracia. Mais de

40 contratos com hospitais e santas casas foram assinados nos últimos dois anos, levando atendimento a cidades como Araraquara, Guarujá e Piracicaba.

O lamspe também vem investindo na reforma e modernização das instalações dos seus 18 Centros de Assistência Médico Ambulatorial (Ceamas) localizados fora da Capital. Todos terão nova identidade visual e acesso para portadores de deficiências físicas.

O servidor público estadual também tem hoje a opção inédita de realizar exames clínicos e de imagem em laboratórios da maior empresa de medicina diagnóstica da América Latina, dona das marcas Delboni Auriemo e Lavoisier.

O atendimento, disponível na Capital, Baixada Santista e cidades do ABC e da Grande São Paulo, está sendo ampliado para mais de 50 cidades no Interior. Com o investimento feito, a previsão do Instituto é que sejam realizados mais de dois milhões de exames por ano.

A distribuição das novas carteirinhas individuais e do Guia do Usuário, que reúne orientações sobre serviços e rede credenciada, marcou uma nova etapa no relacionamento com o usuário. Pela primeira vez, servidores estaduais receberam em casa um guia com a relação dos prestadores de serviço em todo o Estado.

Também foi criada a Central de Atendimento lamspe, que oferece atendimento telefônico personalizado. Neste primeiro momento, a Central marca consulta no Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE).



Fila para tomografia, que tinha mais de 800 pessoas, acabou

## Acessa SP vai cobrir 86% do Estado em 2010

Plano de Expansão atenderá a todos os municípios interessados em ter posto do programa

Assessoria de Comunicação | SGP ■

A cobertura do programa de inclusão digital do governo paulista, Acessa SP, vai chegar a 86% do Estado de São Paulo até o fim de 2010. Com o Plano de Expansão, criado em 2007 com o objetivo de atender todos os municípios paulistas interessados em ter uma sala, serão 633 postos distribuídos em 557 municípios.

Estas unidades terão capacidade para prestar 1,6 milhão de atendimentos por mês – o que representa um aumento de 63% em relação ao início da ampliação do programa. Atualmente, o programa dispõe de 599 postos em 540 municípios. O Acessa SP oferece ao cidadão acesso à internet em mais de 4,8 mil computadores e possui uma rede de 1,2 mil monitores capacitados para esclarecer dúvidas dos usuários.


“O Acessa SP é um programa fundamental no Estado de São Paulo, pois atende principalmente o público jovem e de baixa

renda. Por esta razão, o governo paulista investe na ampliação do atendimento do programa”, afirma o Secretário de Gestão Pública do Estado, Marcos Monteiro.

### | Pesquisa: novas unidades favoreceram baixa renda

Realizada anualmente, a pesquisa Ponline avalia o perfil do usuário do programa Acessa SP a partir de questionários respondidos online. A edição atual, divulgada em 2010, ouviu mais de 9 mil usuários e mostra, por exemplo, que a maioria (69%) dos cidadãos que vão aos postos têm até 24 anos. Também registrou um aumento de três pontos percentuais de acessos aos computadores do programa por jovens com idades entre 11 e 14 anos – de 21% para 24%, na comparação entre 2008 e 2009.

A maior parte dos entrevistados frequentadores do Acessa

SP (68%) respondeu ter renda familiar mensal de até dois salários mínimos. O número de usuários que trabalham é de 32% - queda de 4% em relação ao período anterior. Estudam 64% dos respondentes. Quanto ao grau de instrução, 47% têm nível médio, 34% fundamental e 18% superior. A avaliação sobre o impacto da Internet na vida do cidadão pela pesquisa aponta que a rede é a principal fonte de informação para 81% dos respondentes – aumento de 10%. Encontram diversão na web 88% dos usuários. Para 72% dos entrevistados, a rede deu a oportunidade de conhecer novos amigos. O acesso à Internet melhorou a vida pessoal também de 72% e a financeira de 39% dos participantes. Têm mais facilidade de aprender pela rede 78% dos respondentes, enquanto 58% cuidam melhor da sua saúde a partir das informações de sites. 



No endereço <http://rede.acessasp.sp.gov.br>, os monitores encontram projetos relacionados à iniciação a informática, cultura, educação, emprego e trabalho

# Promoção por mérito entra em vigor

Servidor aprovado em Concurso de Promoção da Área Meio terá aumento de 40% no salário-base. Mais de 3,6 mil servidores de todo o Estado participam

Assessoria de Comunicação | SGP ■

A Secretaria de Gestão Pública realiza neste ano o primeiro Concurso de Promoção por Mérito para servidores da área administrativa do Estado. A iniciativa integra a política de meritocracia do Governo de São Paulo. O objetivo é instituir como critério de ascensão profissional o desempenho do servidor em substituição à contagem de tempo de serviço. Os aprovados no processo receberão 40% de aumento no salário-base com pagamento retroativo ao mês de janeiro de 2010.

O concurso é uma maneira objetiva, transparente e democrática de avaliar as competências dos servidores. Aqueles que investem na sua formação vão ter a oportunidade de ascender profissionalmente e aumentar os seus rendimentos. A iniciativa premia e reconhece o talento e o mérito do servidor, além de promover aqueles que buscam o aprimoramento e mostram resultados.

O processo destina-se aos servidores públicos abrangidos pela Lei Complementar 1.080, que têm no mínimo cinco anos de efetivo exercício no setor público e possuem formação superior à exigida para a nomeação. Entre os requisitos necessários para participação, os candidatos ocupantes de cargo de nível intermediário devem ter concluído um curso de graduação e aqueles com cargo de nível superior realizado uma pós-graduação stricto ou lato sensu.

O Concurso de Promoção da Área Meio recebeu 3.686 inscrições de servidores de todo o Estado. O maior grupo de candidatos, 46%, atua na Secretaria da Saúde. Na segunda e terceira posições, com 15% e 11% dos inscritos, estão as pastas da Educação e da Administração Penitenciária, respectivamente.

A maior adesão ao processo é dos servidores com cargo de nível intermediário. Eles representam 92% dos participantes, sendo que 88% são oficiais administrativo operacional. Os demais 8% dos inscritos são funcionários públicos em cargos de nível superior.

A primeira etapa do Concurso de Promoção é a realização dos exames – neste ano agendados para o período de 24 de maio a 16

de julho –, em 28 municípios paulistas. A FGV (Fundação Getúlio Vargas) é o órgão externo responsável pela concepção do conteúdo da avaliação e aplicação das provas. Os exames serão realizados em ambiente web e irão avaliar o servidor nos módulos de competências básicas, intermediárias, habilidades e perfil comportamental. Este último módulo não será utilizado como critério de reprovação.

No módulo de competências intermediárias, o candidato fará a prova sobre a área na qual atua ou possui mais conhecimento. Entre os temas disponíveis para seleção, Recursos Humanos foi o preferido dos participantes, sendo selecionado por 34% deles. Comunicações administrativas foi a escolha de 29% dos inscritos e

outros 13% optaram por Contrato, Compras e licitações. A lista incluiu ainda as áreas de Planejamento, Orçamento e Finanças; Material e Patrimônio; Transporte e Administração de Frotas; e Tecnologia da Informação.

A divulgação do resultado final do Concurso de Promoção está prevista para agosto. Além de obter a promoção, o candidato aprovado terá seu currículo

integrado ao Banco de Talentos do Estado, que é uma ferramenta destinada ao uso dos secretários para selecionar os quadros de cargos em comissão de suas pastas. Nesse espaço, a área de competência do servidor será apresentada em destaque.

Atualmente, o Banco de Talentos do Governo de São Paulo conta com mais 300 servidores que obtiveram a Certificação Ocupacional dos cargos de dirigente regional de Ensino, da Secretaria da Educação, e de diretor de hospital público e de dirigente regional, da Secretaria da Saúde.

Ainda dentro do conjunto de ações com foco na meritocracia, a Secretaria de Gestão Pública implantará um novo processo de progressão das carreiras administrativas. A proposta é conceder a cada dois anos aumento de 20% para 5% dos servidores mais bem avaliados. Os critérios e regulamentos do processo estão em estudo na pasta. ■

DESEMPENHO SUBSTITUI  
CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO  
PARA PROMOÇÃO DE SERVIDOR.





Eficiência na contratação reflete nos serviços prestados



SERGIPE

## Reforma na gestão de pessoal

Austeridade e modernidade na contratação de servidores marcam a gestão pública no Estado

Assessoria de Comunicação | SEAD-SE ■

O governo do Estado de Sergipe está acabando com os contratos de trabalho precários no serviço público. Em três anos, perto de 8 mil servidores ingressaram no serviço público mediante concurso, ocupando vagas ociosas e substituindo pessoal que prestava serviço ao Estado sob a forma de contratos temporários.

Entre janeiro de 2007 e maio de 2010, o governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead) empossou 7,5 mil candidatos aprovados em concursos públicos. “Estamos desta forma corrigindo problemas históricos, acabando de vez com vínculos precários de trabalho e admitindo no serviço público, mediante concurso público, servidores qualificados”, disse o Secretário de Estado da Administração, Jorge Alberto.

As posses ocorreram em diversos órgãos da administração do Estado, entre elas a própria Secretaria de Estado da Administração.

Em alguns casos, como no Departamento Estadual de Trânsito (Detran), o Governo de Sergipe realizou o primeiro concurso público do órgão desde sua criação.

No dia 10 de maio, 265 candidatos aprovados no concurso do Detran tomaram posse em solenidade bastante concorrida. “Hoje é um dia especial para todos vocês que adentram no serviço público do Estado de Sergipe. Mas é também um dia especial para o governo do Estado, que reafirma uma marca que a democracia exige admitindo, através de concurso público, novos servidores para garantir a profissionalização da mão-de-obra, evitando a precarização que caracterizou os anos passados”, afirmou o governador Marcelo Déda, ao dar as boas-vindas aos empossados.

O recém-empossado no cargo de vistoriador de trânsito do Detran, Rangel da Silva Santos, realizou um sonho ao in-

gressar no serviço público. “Hoje é o dia mais feliz da minha vida”, disse sem desgrudar os olhos do palco durante o discurso do Governador.

### | Números recordes

Sergipe é o menor Estado da federação, mas o número total de empregados representa um marco na administração pública. Para se ter uma ideia, o número de servidores que ingressou no serviço público nos três últimos anos chega perto de 8 mil.


A Sead é responsável pela realização dos concursos públicos e processos seletivos de toda a administração do Estado. A centralização implica no controle de procedimentos relativos às vagas e no planejamento quali e quantitativo das necessidades de pessoal. Seguindo a orientação do Governo do Estado, a Sead vem promovendo os concursos públicos e processos seletivos simplificados, esses últimos, para assegurar a prestação de serviços essenciais até a realização do concurso público, conforme determina a legislação vigente.

### | Seleção simplificada

Este ano, a Sead realizou três processos seletivos simplificados. O primeiro foi realizado em janeiro e resultou na contratação de 50

coordenadores esportivos para o Programa Segundo Tempo, uma parceria entre a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL) e o Ministério dos Esportes. O segundo edital foi lançado em fevereiro para seleção de cinco médicos peritos e finalmente, em maio, saiu o edital do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professores, com 1.849 vagas.

Com exceção do processo da SEEL (que visa contratar pessoal para atuar especificamente em um programa do governo federal), o governo do Estado já iniciou procedimentos para a realização de concurso público e garantir a ocupação dessas vagas por pessoal devidamente concursado. Até meados de 2011, o concurso para a contratação de professores de educação básica deverá ser anunciado, assim como o edital que trata de médicos peritos.

O secretário Jorge Alberto explicou que a contratação temporária é lícita e tem como objetivo assegurar que serviços essenciais aos cidadãos não percam a continuidade ou deixem de serem prestados. É uma medida emergencial a ser substituída no prazo de vigência estabelecido no edital do processo seletivo. “A Lei 6.691, de 23 de setembro de 2009, estabelece a contratação de servidores por tempo determinado para atender necessidade temporária do serviço em casos de interesse público e é isso que o governo está fazendo”, assegurou. 

## Ceac Móvel

Um ônibus adaptado viaja todo o interior sergipano levando serviços essenciais à população de municípios e povoados distantes da capital. É o Ceac Móvel, inaugurado em 12 de junho de 2009, que já percorreu 41 mil quilômetros de estrada e prestou 71 mil atendimentos, atingindo 80% do território sergipano.

Os servidores administrativos que trabalham no Ceac Móvel foram contratados mediante concurso público da Secretaria de Estado da Administração. São 21 oficiais administrativos que prestaram concurso em 2007, cujas vagas já foram totalmente preenchidas. O serviço prestado no Ceac Móvel atende ao objetivo de contratação, com 12 funcionários contratados pela empresa que presta o serviço – a Socicam – conforme o contrato.

A unidade itinerante do Centro de Atendimento ao Cidadão oferece 85 serviços públicos essenciais, com o

concessão de carteira de identidade, segunda via de documentos, além de disponibilizar acesso à internet. São 14 órgãos parceiros que atendem no Ceac Móvel de forma ágil e gratuita. “O Ceac Móvel está fazendo com que o sergipano tenha seu direito à cidadania assegurado. Isso é inclusão pelo direito, um dos pilares do atual governo”, disse o secretário.



Ônibus leva serviços para o interior



TOCANTINS

# Distribuição mais eficiente de medicamentos

Projeto desenvolvido para garantir maior controle gerencial do fluxo de medicamentos dinamizou sistema público de saúde

Joésia Cardoso | Secad-TO ■

Um dos principais desafios enfrentados pela gestão pública ou privada é levar inovação e qualidade ao atendimento dos seus usuários. Com esse foco, o Projeto de Gestão de Logística do Fluxo de Materiais e Medicamentos Hospitalares está no rumo certo. Trata-se de uma experiência inovadora cujo resultado é o fim do desperdício, a redução de custos e a excelência no atendimento ao usuário-cidadão.

O projeto, implantado pelo Secretário da Administração do Estado do Tocantins, Eugênio Pacceli, quando esteve à frente da Secretaria Estadual da Saúde, é um dos mais eficazes já realizados em gestão pública. O objetivo foi estabelecer uma dinâmica para o sistema de recebimento, armazenagem, manuseio, movimentação e distribuição de materiais e medicamentos hospitalares que suprima a rede pública de saúde do Tocantins. Ao todo, são 19 hospitais que atendem mais de 90% da população do Estado.

“Tudo começou quando houve a necessidade de substituir o modelo de gestão burocrática por um modelo gerencial que tem o cidadão como seu cliente e eixo principal”, explica o secretário Pacceli.

O secretário acrescenta que os bons resultados dos projetos devem-se, entre outros motivos, à ação compartilhada entre Governo e

iniciativa privada. Apesar da gestão do projeto ser do Estado, toda a parte operacional é feita por empresa especializada, exceto a compra.

“Saímos de um modelo burocrático para a excelência gerencial. Na prática, isso significou o fim do desperdício, racionalização de custos e um salto na qualidade do atendimento ao usuário”, ressalta Pacceli.

Para o secretário, os processos que envolvem logística no setor de saúde pública são complexos e têm muitas especificidades. Por isso, devem ter duas abordagens claras: redução de custo e, fundamentalmente, o cuidado com a saúde do paciente.

Além da otimização dos estoques, o processo provê dados quantitativos e qualitativos à central de compras, garantindo total controle e, principalmente, rastreabilidade desde o recebimento até o uso pelo paciente.

“Para se ter ideia tivemos 100% de rastreabilidade dos materiais e medicamentos para um controle real do consumo”, afirma Pacceli.

O Projeto de Gestão de Logística do Fluxo de Materiais e Medicamentos Hospitalares foi apresentado no Congresso Consad de Gestão Pública, que aconteceu em março desse ano, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília/DF. 📍

“SAÍMOS DE UM MODELO BUROCRÁTICO  
PARA EXCELÊNCIA EM GESTÃO  
GERENCIAL. NA PRÁTICA, ISSO  
SIGNIFICOU O FIM DO DESPERDÍCIO.”

EUGÊNIO PACCELI  
Secretário da Administração do Estado do Tocantins





# A EXPERIÊNCIA DO PARÁ COM OUVIDORIAS

*\*Diana Coeli Paes de Moraes, \*\*Amanda de Carvalho Cruz, \*\*\*Flavia Cristina da Silveira Lemos, \*\*\*\*Alcindo Antonio Ferla ■*

No Brasil, as ouvidorias foram instaladas e começaram a ganhar força a partir da redemocratização, no final do século XX. Trata-se de um canal de atendimento legítimo, neutro e imparcial, que atua em segunda instância. Desenvolvidas a partir do modelo escandinavo, as ouvidorias atendem com equidade manifestações de situações recorrentes que não foram solucionadas de forma satisfatória pelos canais competentes de atendimento da organização.

Ainda sob o impacto do autoritarismo, as ouvidorias brasileiras acabaram se configurando num espaço de diálogo, no qual a sociedade busca integração com o governo, de forma célere, responsiva e ética. Tal cenário resulta em uma importante fonte de informação para os governos, já que a agregação e análise das reclamações recebidas ajudam a informar os diversos órgãos sobre a incidência de problemas e servem de indutor para mudanças estruturais.


Além disso, dentro do conceito de controle social, as ouvidorias são um espaço de incentivo à participação da sociedade nas funções de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação de resultados das políticas públicas. Trata-se de um exercício de cidadania, que contempla mecanismos como orçamento participativo, plebiscito e iniciativa popular como alguns dos mecanismos encontrados para a efetiva prática desse espírito constitucional.

No Pará, a primeira ouvidoria pública foi criada pelo Sistema de Segurança Pública, formado por Corpo de Bom-

beiros, DETRAN/PA, Polícia Militar, Polícia Civil, CPC Renato Chaves e Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará. Coube à Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos (SDDH) a indicação da pastora Rosa Marga para o cargo.

Hoje, dezenas de órgãos possuem suas próprias ouvidorias. Entre os quais estão SESPA, FHCGV, HOL, FSCM, HEMOPA, HUBFS, HUJBB e Ouvidoria da URE-DIPE, SEAD, SSP, SEDUC, SEDES, SEFA, SEJUDH, IBAMA, INFRAERO, ARCON, Ouvidoria Agrária –TJE, TRT 8ª Reg, MP, Ouvidoria Geral do Município de Santarém, IMEP, ITERPA, UEPA, UFPa, JUCEPA, CTBEL, Guarda Municipal, SEMA, IDEFLOR, SUDAM, BANPARÁ, CREA, SEEL.

Frente as diversas lutas em prol dos Direitos Humanos que vigoram em nosso Estado, a importância das ouvidorias é irrevogável. Além disso, numa iniciativa da Secretaria de Estado de Administração –SEAD/PA, foi implementa-

do o Fórum OUVEPARÁ, que teve início em agosto de 2007. Tal iniciativa está incluída no Projeto de Benchmarking I cujo objetivo é tentar conhecer a realidade das ouvidorias públicas instaladas no Estado do Pará e aproveitar os exemplos para congregar, fortalecer e instalar novas ouvidorias. Participaram da primeira administração do Fórum: SEAD (ouvidora Diana Moraes), SEDUC (Assessor Haroldo Venâncio), Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública (Ouvidora Cibele Kuss), Fundação Hospital das Clínicas (ouvidora Rute Nicodemus) e ARCON (Técnica Marilza Paraense). 

“  
NO PARÁ, A PRIMEIRA OUVIDORIA  
PÚBLICA FOI CRIADA PELO SISTEMA DE  
SEGURANÇA PÚBLICA.  
”

\*DIANA COELI PAES DE MORAES | Pedagoga – Especialista em RH – Lingüística – Mestranda da UFFa – Ouvidora Pública do Estado do Pará  
\*\*AMANDA DE CARVALHO CRUZ | Psicóloga – Especialista em Saúde Pública – Professora substituta da UFFa – Mestranda da UFFa  
\*\*\*FLAVIA CRISTINA DA SILVEIRA LEMOS | Psicóloga – Doutora em Psicologia – Professora de graduação e pós-graduação da UFFa  
\*\*\*\*ALCINDO ANTONIO FERLA | M.édico – Doutor em Educação – Professor do Pós-graduação da UFFa e UFRS

## | EXPEDIENTE

### PRESIDÊNCIA

Presidente: Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins – Rio de Janeiro

Primeiro Vice-Presidente: Elói Francisco Pedroso Guimarães –

Rio Grande do Sul

Segundo Vice-Presidente: Antônio Fernandes Neto – Paraíba

### JUNTA FISCAL

Paulo Eli – Santa Catarina

Desirée Custódio Mota Gondim – Ceará

Wilson M odesto Figueiredo – Pará

### CONSELHEIROS – MEMBROS DO CONSAD

ACRE – Márcio Lima Cordeiro

Secretário de Estado de Gestão Administrativa

ALAGOAS – Guilherme Souza Lima

Secretário de Estado da Gestão Pública

AMAPÁ – Sallete Maria Martins Costa

Secretária de Estado da Administração

AMAZONAS – Lígia Abraão Fraxe Licatti

Secretária da Administração e Gestão

BAHIA – Manoel Vitorino da Silva Filho

Secretário de Estado da Administração

CEARÁ – Desirée Custódio Mota Gondim

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

DISTRITO FEDERAL – José Ilmar Feitosa

Secretário de Estado do Planejamento, Organização e Gestão

ESPÍRITO SANTO – Heráclito Amâncio

Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos

GOIÁS – Alessandro Melo da Silva

Superintendente de Gestão Estadual da SEFAZ

MARANHÃO – José Henrique Campos Filho

Secretário de Estado da Administração e Previdência Social

MATOGROSSO – Bruno Sá Freire Martins

Secretário de Estado da Administração

MATOGROSSO DO SUL – Thie Higuchi Veigas Santos

Secretária de Estado da Administração

MINAS GERAIS – Renata Maria Paes de Vilhena

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

PARÁ – Wilson M odesto Figueiredo

Secretário de Estado da Administração

PARAÍBA – Antônio Fernandes Neto

Secretário de Estado da Administração

PARANÁ – Maria Marta Renner Weber Lunardon

Secretária de Estado da Administração e da Previdência

PERNAMBUCO – José Francisco Cavalcanti Melo Neto

Secretário de Estado da Administração

PIAUÍ – Evaldo Cunha Ciríaco

Secretário de Estado da Administração

RIO DE JANEIRO – Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

RIO GRANDE DO NORTE – Paulo César Medeiros

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

RIO GRANDE DO SUL – Elói Francisco Pedroso Guimarães

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

RORAIMA – Ana Lucíola Vieira Franco

Secretária de Estado da Gestão Estratégica e Administração

RONDÔNIA – Moacir Caetano de Santana

Secretário de Estado da Administração

SANTA CATARINA – Paulo Eli

Secretário de Estado da Administração

SÃO PAULO – Marcos Antônio Monteiro

Secretário de Estado da Gestão Pública

SERGIPE – Jorge Alberto Teles Prado

Secretário de Estado da Administração

TOCANTINS – Eugênio Paccelli de Freitas Coelho

Secretário de Estado da Administração

### REVISTA

Edição: FSB Comunicações

Projeto gráfico e diagramação: FSB Comunicações

Materiais: As matérias e fotografias desta revista foram cedidas pelos assessores de comunicação dos estados publicados nesta edição.

Impressão: Gráfica Alpha

Tiragem: 1500 exemplares

### REVISTA GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO

Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração – Consad

Endereços: SRTVS – quadra 701, lote 4, bloco O, entrada A, salas 128/130

Cep 70 340 000 Brasília/DF

Telefax: (61) 3322 5520

E-mail: consad@consad.org.br

Site: www.consad.org.br

Secretária Executiva: Tacy Gomes Nunes